

Economia de Troca de Presentes. Para uma Teoria do Modo de Produção Pré-Capitalista (parte 2)

Gift Economy. Proposal for a Pre-Capitalist Mode of Production Theory

João Bernardo*

Resumo

Ao classificar a troca de presentes como um “sistema de prestações totais” [“système des prestations totales”], Marcel Mauss lançava as bases para a definição de um vasto modo de produção prévio ao capitalismo. Neste artigo, retomo o mesmo quadro de análise do primeiro volume de *Poder e dinheiro* ampliando-o a outras sociedades, épocas e tipos de organização econômica. A troca de presentes regeu tanto sociedades praticamente desprovidas de Estado como outras em que as instituições políticas adquiriram um elevadíssimo grau de autonomia, viabilizando o desenvolvimento tanto da forma de exploração assente em relações de tipo servil como outras em que prevalecia a independência camponesa. Permitindo inserir todas estas situações diferentes num quadro explicativo único, o modelo da troca de presentes aparece com o caráter de generalidade, e ao mesmo tempo de operacionalidade conceptual, que se requer à teoria de um modo de produção.

Palavras-Chave: troca de presentes; modo de produção; pré-capitalismo

Abstract

*When Marcel Mauss classified the gift exchange as a “système des prestations totales” he laid the foundations of a vast mode of production that existed before capitalism. In this article, I return to the same theme of the first volume of *Poder e dinheiro*, extending it to other societies, epochs and forms of economic organization. Gift exchange ruled over societies almost without State as well as over other societies in which the political institutions acquired a very high degree of autonomy. This allowed the development of servitude relations and of the exploitation based on peasantry independence. Allowing to insert all these different situations into a single explanatory framework, the model of gift exchange appears with the character of generality, and at the same time conceptual operationality that is required to the theory of a mode of production.*

Keywords: gift economy; mode of production; pre-capitalism

* Professor em universidades públicas brasileiras de 1984 a 2009; autor, entre outras obras de *Poder e Dinheiro. Do Poder Pessoal ao Estado Impessoal no Regime Senhorial*, séculos V-XV. 3vols., Porto, Afrontamento, 1995, 1997, 2002. Texto concluído em 2009.

9. Comércio

Uma questão muito importante, e que não é simples de resolver, diz respeito à relação entre o sistema de troca de presentes e o mercado de compra e venda.

Procedendo um pouco à maneira do “tipo ideal” weberiano, podemos imaginar um regime que conjugasse transações entre povos vizinhos, através das quais se obtinham bens de consumo corrente e bens de estatuto médio, com transações a longa distância, graças às quais se obtinham artigos verdadeiramente luxuosos, que iam ser usados pelas pessoas de estatuto mais elevado. As transações entre povos vizinhos podiam realizar-se apenas mediante o escambo e não necessitavam da intervenção de quaisquer mercadores profissionais. Pelo contrário, as transações a longa distância exigiam um corpo de mercadores profissionais e, embora pudessem se operar através da troca de artigos de luxo nos lugares de destino final das caravanas, pelo menos no meio fechado dos mercadores profissionais geravam-se condições propícias ao desenvolvimento de formas de dinheiro fiduciário. Finalmente, note-se que os artigos conseguidos graças aos mercadores profissionais, enquanto símbolos de status, destinavam-se ou a ser exibidos ou a ser objeto de presentes e de *potlatch*. Deste modo, os mercadores profissionais e o dinheiro fiduciário, que constitui precisamente a forma pecuniária mais evoluída, eram um elemento integrante da reprodução do sistema de troca de presentes.

Aliás, como poderemos distinguir sob o ponto de vista econômico entre, por um lado, as caravanas de mercadores de longo curso que levavam produtos de luxo para os trocar por outros produtos de luxo, que traziam de volta, e, por outro lado, os enviados diplomáticos que procuravam um povo distante carregados de presentes e regressavam trazendo ofertas não menos valiosas? Esta semelhança entre um mercador e um diplomata é posta em relevo pela tão difundida instituição dos mercadores do palácio, ou seja, mercadores que, embora pudessem igualmente negociar por conta própria, serviam de agentes mercantis de um monarca e gozavam dos privilégios inerentes a esta função. De uma maneira mais extrema ainda, aquelas sociedades que se notabilizavam pela especialização nas funções mercantis e estavam como que enquistadas nas fronteiras entre grandes impérios assemelhavam-se elas mesmas a um vasto corpo de mercadores do palácio. Graças à atividade destas sociedades, que conjugava ao mesmo tempo as caravanas de longo curso e as embaixadas, os imperadores vizinhos podiam dispor de um fornecimento regular de artigos de luxo.

A civilização Hopewell, centrada no vale do rio Ohio, e que atingiu proporções continentais, fundamentava a sua homogeneidade ideológica numa rede de tráfico regular de longo curso. Ora, está documentado arqueologicamente que muitas das preciosidades importadas acabavam por ser enterradas em túmulos. Conhece-se mesmo um caso em que quase a totalidade da obsidiana importada foi depositada num único túmulo. “Então programas funerários criaram

uma demanda regular para artigos que circularam no sistema de comércio Hopewell, uma demanda que não seria a mesma caso os bens fossem entesourados como riqueza e transmitido aos herdeiros”¹, conclui uma equipe de historiadores (Coe et al., 1988, p. 52; tradução do editor). Quer se considere o depósito de bens em túmulos como um ato de troca simples quer como um *potlatch*, temos aqui um caso em que uma modalidade inserida no sistema de troca de presentes servia de estímulo às relações mercantis.

Segundo Nigel Davies, no império inca os mercadores não constituíam um corpo legal claramente estabelecido e dispondo de status (Davies, 2000 b, p. 294 e 297-299), mas entre os aztecas, pelo contrário, os mercadores dispunham de uma posição social muito importante, beneficiando de leis específicas e de tribunais próprios (*ibidem*, 2000 a, p. 151), e a sua atividade teria sido inseparável das próprias conquistas militares (*ibidem*, p. 139, 146-148; 188). Aliás, é possível que já antes, no Estado de Teotihuacan, que floresceu entre os séculos II e VII da nossa era, o mais poderoso e o mais influente que alguma vez existiu na América central, tivesse havido uma classe de mercadores-guerreiros capaz de assegurar a expansão territorial e de fundar elites governantes entre povos vizinhos (Coe et al., 1988, p. 115-116). Ora, se as conquistas, enquanto fonte de tributo, iam alimentar a distribuição de presentes, é necessário mostrar a relação econômica entre os mercadores e o sistema de troca de presentes. Por um lado, os comerciantes serviam ao monarca de mercadores do palácio, negociando em nome do rei mercadorias que lhe pertenciam e recebendo em troca um estatuto privilegiado (Davies, 2000 a, p. 148). Por outro lado, sucedia que o monarca usasse os mercadores do palácio para venderem numas províncias o tributo que havia sido entregue por outras, empregando os resultados da transação para adquirir outros bens no mercado (*ibidem*, p. 149). A inserção dos mercadores no sistema de troca de presentes era tão completa que eles praticavam mesmo regularmente o *potlatch* (*ibidem*, p. 150-151).

Se o sistema de troca de presentes era perfeitamente compatível com as relações mercantis, ou se podia mesmo ser reforçado por elas, conclui-se que a expansão europeia, com a formação de um mercado mundial, jamais poderia por si só destruir o sistema de troca de presentes. Contrariamente ao modelo adotado por Marx, não foi através do mercado que o capitalismo liquidou os outros regimes econômicos e subjugou as populações que até então os haviam adotado. Para isso foram necessárias a ocupação dos territórios e a violência exercida sobre os seus habitantes, alterando diretamente as suas relações sociais e os seus modos de trabalho.

¹ Texto original: “Thus burial programs created a steady demand for the goods that moved in the Hopewell trading system, a demand that could not have been equaled if goods had been hoarded as wealth and passed on to heirs”.

10. Crédito e juro

Quem dava um presente esperava receber outro, quem procedia a um *potlatch* desafiava outrem a executar no futuro um *potlatch* ainda maior, de tal maneira que estava sempre implícita a noção de desfasamento, quer através do decurso temporal resultante da possível dilação da reciprocidade quer através da ausência de equivalência entre os bens trocados. Fossem necessários ou de luxo os bens transferidos, o sistema admitia um desfasamento entre as duas operações e possibilitava, por isso, o quadro de existência do crédito. Marcel Mauss afirmou que “é [...] da natureza do presente a operação a prazo. O ‘tempo’ é necessário para realizar qualquer contraprestação. A noção de prazo está, portanto, logicamente pressuposta. [...] De fato, o ponto de partida [do crédito] [...] é o presente [...]; o presente implica necessariamente a noção de crédito” (Mauss, 1923-1924, p. 92-93; tradução do editor)². Nesta definição elementar, o crédito não era mais do que a confiança na reciprocidade dos atos de transferência, decorrente do fato de os intervenientes estarem já unidos por elos duradouros. Como sublinhou Lorraine Barić,

Há muitas similaridades entre as concomitâncias sociais da troca de presentes e as concomitâncias sociais do crédito nas sociedades com relações sociais variadas. [...] em tais sociedades, quem quer que, como resultado de uma transação com retorno diferido, esteja efetivamente em posse dos bens em questão assume uma obrigação como receptor. Isso se aplica tanto à troca de presentes quanto às relações de crédito (Barić, 1964, p. 50; tradução do editor).

O crédito corresponde a um desfasamento no interior de um quadro pene de relações sociais. Referindo-se ainda ao crédito, Marcel Mauss, depois de escrever que “o ponto de partida [...] é o presente”³ e que “o presente implica necessariamente a noção de crédito”, acrescentou: “A evolução não transitou do direito da economia de troca à venda e da última para a operação a prazo. É sobre um sistema de presentes dados e entregues a prazo que se edificaram, por um lado, a troca, para simplificação, pelo tempo de reconciliação anteriormente disjuntivo, e, por outro lado, a compra e a venda, esta a prazo e à vista, e também o empréstimo”. (Mauss, 1923-1924, p. 93; tradução do editor)⁴.

² Texto original: “il est [...] de la nature du don d’obliger à terme. [...] Le ‘temps’ est nécessaire pour exécuter toute contre- prestation. La notion de terme est donc impliquée logiquement [...] En fait, le point de départ [do crédito] [...] c’est le don [...] le don entraîne nécessairement la notion de crédit.”

³ Texto original: “le point de départ [...] c’est le don” e que “le don entraîne nécessairement la notion de crédit”.

⁴ Texto original: “L’évolution n’a pas fait passer le droit de l’économie du troc à la vente et celle-ci du comptant au terme. C’est sur un système de cadeaux donnés et rendus à terme que se sont édiflés d’une part le troc, par simplification, par rapprochements de temps autrefois disjoints, et d’autre part, l’achat et la vente, celle-ci à terme et au comptant, et aussi le prêt”.

A forma como o crédito funcionava no interior do sistema de troca de presentes é elucidada por um exemplo da Índia muçulmana na primeira metade do século XIV.

Chegando a Multan, então a cidade fronteira do reino de Muhammad bin Tughluq, em 1333, *Ibn Batuta* [...] percebeu como as casas bancárias hindus de Multan haviam enriquecido adiantado para os desesperançados sem dinheiro da Ásia Central aqueles presentes que eram apropriados para serem dados ao sultão – cavalos, escravos brocados, joias. O sultão, invariavelmente, retribuía com um presente mais valioso com o qual o recém-chegado poderia pagar com juros os agentes de Delhi de seu patrocinador multani”. (Keay, 2003, I, p. 307; tradução do editor)⁵.

Na competição de prestígios implícita no sistema de presentes, a figura mais importante replicava com um presente mais importante, e uma parte da diferença de valor entre o presente oferecido pelo suplicante e o presente retribuído pelo monarca constituía o lucro do banqueiro.

As dívidas acumuladas no interior do sistema de troca de presentes tinham uma dupla função muito importante. Por um lado, reforçavam a coesão e a integração sociais. Por outro lado, serviam de quadro tanto para a desigual distribuição dos bens dentro das hierarquias da classe dominante como para o processo de exploração. Ambos os aspectos se encontram conjugados no templo de Rajarajeshvara, em Tanjore, erigido durante o reinado dos Chola, uma dinastia que conseguiu hegemonizar o sul da Índia no final do século X da nossa era e durante os dois séculos seguintes. Recebendo abundantíssimas dádivas do monarca e da corte e ainda de outros membros da elite militar e religiosa, este templo acumulou não só tesouros esplêndidos como também obteve o direito a cobrar os rendimentos de numerosas aldeias. Em sentido inverso, o templo usou parte das suas riquezas como empréstimos às aldeias dele dependentes (*ibidem*, p. 245). E assim esta dependência tornava-se ainda mais estrita.

O templo [...] era como uma comunidade metropolitana que servia como centro tanto para a redistribuição de riqueza quanto para a integração do reino Chola. Não menos importante, dado que a supervisão da economia do templo era realizada por funcionários reais, isso

⁵ Texto original: “Arriving at Multan, then the frontier city of Muhammad bin Tughluq’s kingdom, in 1333, Ibn Batuta [...] noted how Hindu banking-houses in Multan grew wealthy by advancing to penniless hopefuls from central Asia such gifts as were suitable for presentation to the sultan – horses, slaves, brocades, jewels. The sultan invariably returned a far more valuable present from which the newcomer could repay with interest the Delhi agents of his Multani backer”.

também ‘proporcionava uma base para que os reis interviessem nos negócios locais’. (*ibidem*, p. 245; tradução do editor)⁶.

Quando ocorria em contextos de desigualdade social, o crédito implicava a existência do juro. O valor não era uma característica que se atribuísse a um artigo, mas à relação específica que o veiculava. Quando alguém, a meio do ano agrícola, no momento mais afastado da colheita de um dado produto, ou por ocasião de más colheitas, no momento em que o produto escasseava, sentia a sua falta e o solicitava a quem dele dispusesse, comprometendo-se a restituí-lo mais tarde, o que deveria entregar não era um volume idêntico, mas um igual valor. Quando chegasse uma época de relativa abundância, em que os devedores podiam encarar a hipótese de pagar as dívidas, as condições que determinavam o valor dos gêneros haviam se modificado. Os devedores que numa altura crítica haviam contraído uma dívida no valor de x , correspondente a um volume y de produto, pagavam na época de abundância o mesmo valor x , mas correspondente então a um volume ny .

O juro existia igualmente, embora através de processos diferentes, na troca de artigos de luxo. Quanto mais acentuada fosse, ou pretendesse ser, a diferença de estatutos entre os intervenientes, ou quanto mais vincada fosse a rivalidade entre eles, maior seria o desfasamento entre o valor dos bens recíprocos e mais considerável seria o juro. Portanto, neste domínio era o *potlatch* a exigir os juros mais elevados. Já Franz Boas deixou claramente estabelecida a relação do *potlatch* com o crédito: “Contrair dívidas por um lado, pagar dívidas por outro, isso é o potlatch” [“Contracter des dettes d’un côté, payer des dettes de l’autre côté, c’est le potlatch”] (Mauss, 1923-1924, p. 91 n. 4; tradução do editor). Marcel Mauss observou que “normalmente o potlatch deve sempre ser feito de modo usurário e mesmo o presente deve assumir uma forma usurária” [normalement le potlatch doit toujours être rendu de façon usuraire et même tout don doit être rendu de façon usuraire”] (*ibidem*, p. 108; tradução do editor). Referindo-se também ao *potlatch*, Raymond Firth observou que “a entrega dos bens materiais não é necessariamente o fim; pode constituir um item em uma série complexa de transações de crédito mediante as quais, em algum momento futuro, outros bens materiais terão de ser devolvidos, talvez com incremento. (Firth, 1964, p. 23)⁷.

Assim, o crédito e o juro não decorreram exclusivamente do escambo ou da

⁶ Texto original: “The temple [...] was like a metropolitan community which served as a centre for both the redistribution of wealth and the integration of the Chola kingdom. No less important, since the supervision of the temple’s economy was undertaken by royal officials, it also “provided a foothold for the kings to intervene in local affairs.”

⁷ Texto original: “the handing over of the material goods is not necessarily the end; it may constitute an item in a complex series of credit transactions by which at some future time other material goods may have to be returned, perhaps with increment.”

compra e venda, mas do sistema geral de troca de presentes, em todas as suas formas. Do mesmo modo, o dinheiro podia intervir no crédito independentemente de qualquer possível utilização nas compras e vendas. Quando o juro resultava do desfasamento temporal entre os dois atos de uma troca envolvendo pessoas ou grupos de estatutos diferentes, o dinheiro servia para correlacionar o montante do juro com o decurso do tempo, exprimindo a taxa de juro. Nada permite compreender melhor esta função do que o conhecimento de certos tipos de dinheiro, constituídos por bens cujas características se alteravam regularmente com a passagem do tempo, e sendo o valor convencionalmente atribuído às unidades deste dinheiro tanto maior quanto mais a sua aparência revelasse a progressão dos meses e dos anos. Paul Einzig descreveu um tipo de dinheiro empregado nas Novas Hébridas para os pagamentos de maior prestígio. Era constituído por porcos machos, não castrados e com as presas recurvas, sendo nelas que se concentrava o símbolo do dinheiro. Independentemente do tamanho e da qualidade do animal, quanto mais compridas fossem as suas presas, maior era o valor do porco como dinheiro. Praticava-se o crédito neste dinheiro-porcos, medindo-se a taxa de juro pelo comprimento a que teriam crescido as presas durante o período do empréstimo, e consistindo o pagamento da dívida na entrega ao credor de porcos com presas maiores do que as dos emprestados (Einzig, 1948, p. 58-62). Na ilha de Maewo, igualmente nas Novas Hébridas, usava-se para os pagamentos de maior prestígio um tipo de dinheiro composto por tapetes. Quanto mais antigos eles fossem, mais valiosos eram, e o juro dos empréstimos exigia a entrega ao credor de tapetes com um aspecto mais velho do que os inicialmente adiantados (*ibidem*, p. 62). Nestes casos ocorria uma verdadeira fusão física entre o dinheiro e a expressão da taxa de juro.

11. Processo de exploração

A clivagem implícita no sistema de troca de presentes ressalta com clareza num provérbio corrente no México colonial: “Dar es señorío, recibir es servidumbre” (Manrique, 1981, p. 671). Mas se no domínio dos presentes de prestígio a superioridade de estatuto era afirmada por meio da oferta de bens com um valor superior ao dos bens recebidos, ou por meio da destruição de uma quantidade de bens superior aos destruídos pelos rivais, como podia o sistema manter-se? Como era possível que alguém, sem se arruinar, desse sempre mais do que recebia?

Uma porção de cereal não era um artigo de luxo para o magnata que o distribuía a camponeses numa ocasião de más colheitas ou para o personagem principal de uma cidade que o repartia entre a plebe faminta, mas para quem o recebia esse cereal constituía um verdadeiro artigo de luxo. Esta dualidade ocupava o lugar central nos mecanismos da exploração. Nas relações entre a elite das

classes dominantes e os elementos mais miseráveis das classes exploradas, uns dispunham facilmente de bens que para os outros eram de luxo, sem que estes jamais conseguissem obter bens que fossem considerados de luxo nos estratos superiores das hierarquias sociais.

Ora, quem não conseguisse corresponder a um presente com outro de valor igual ou superior perdia o estatuto e integrava-se na clientela da pessoa ou da família para quem estava em dívida, ou via confirmado o seu estatuto inferior e continuava em situação de dependência. “A operação de retribuir com dignidade é imperativa” [“L’obligation de rendre dignement est impérative”], explicou Marcel Mauss. “A sanção da obrigação de retribuir é a escravidão por dívida. [...] O indivíduo que não podia restituir o empréstimo ou o potlatch perde sua posição e até aquela de homem livre” (Mauss, 1923-1924, p. 108; tradução do editor)⁸. Nestes casos prologava-se indefinidamente o prazo da reciprocidade e, padecendo o devedor de um estatuto subalterno, ele ia pagando os juros devidos pela demora. Este pagamento era efetuado com aquilo de que o devedor dispunha, com a execução de serviços que estivessem ao seu alcance ou com a prestação de gêneros de consumo corrente. Todavia, por mais que estes serviços e artigos se repetissem, eles nunca podiam representar o recíproco do artigo recebido. Os magnatas recebiam bens comuns em troca de artigos que, para quem os tinha recebido, e na ocasião em que os recebera, haviam constituído bens de luxo. Quanto aos serviços de trabalho, eles tinham um estatuto desonroso tanto nas sociedades guerreiras, em que a primazia cabia aos militares, como nas sociedades burocráticas, em que prevaleciam os letrados. E quanto às prestações de bens comuns, não estava nas possibilidades da plebe entregar de cada vez senão uma pequena quantidade deste tipo de artigos, enquanto para os magnatas apenas uma desmesurada acumulação de bens comuns se tornava evidência do luxo. Assim, a maior parte dos devedores encontrava-se prisioneira da incapacidade de converter as execuções sucessivas de serviços e as prestações sucessivas de gêneros, que para quem os recebia eram serviços vis e gêneros correntes, na prestação de um bem de incontroverso luxo. Em suma, pagavam-se juros eternos, porque não se conseguia pagar o principal.

A perpetuação do crédito constituiu o elemento central do processo de exploração em todas as sociedades regidas pelo sistema de troca de presentes, desde os grandes Estados despóticos, passando pelas sociedades em que o poder soberano se encontrava fracionado por potentados regionais e locais, até sociedades caracterizadas por um elevado grau de igualitarismo. Assim, por exemplo, um dos ministros do duque Wen, de Jin, o mais poderoso dos chefes regionais na China do final do século VII antes da nossa era, quando o império se desagregava

⁸ Texto original: “La sanction de l’obligation de rendre est l’esclavage pour dette. [...] L’individu qui n’a pu rendre le prêt ou le potlatch perd son rang et même celui d’homme libre.”

sob os Zhou orientais, descreveu a concepção de hegemonia do seu senhor como “para retribuir boas ações, para acudir aqueles ameaçados de desastre e, ao fazê-lo, para obter autoridade” [“to repay good deeds, to give aid to those threatened with disaster and by so doing to obtain authority”] (Blunden et al., 1983, p. 63; tradução do editor). E no outro extremo do leque das formações políticas, entre os aborígenes da Austrália, as dívidas “nunca eram canceladas, mas construídas de modo a forma um sistema complexo de troca [“were never canceled out, but were built upon to form a complex system of exchange”] (Nile et al., 1995, p. 39; tradução do editor). O crédito sustentava a tal ponto o processo de exploração que em várias sociedades era considerado insultuoso pagar as dívidas, o que equivaleria a deixar de prestar serviços ou tributos ao credor e sair da esfera do seu poder. “[...] o credor pode preferir manter a superioridade de status que o empréstimo lhe confere. Nas sociedades em que os papéis são múltiplos, pode ser um insulto ao seu credor desejar pagá-lo” (Bari, 1964, p. 50; tradução do editor)⁹. Com efeito,

Gregório de Tours menciona que o bispo de Verdun, Desideratus, obteve um empréstimo do rei Theudebert de 7.000 peças de ouro garantidas pelos mercadores da cidade [...] o bispo conseguiu tentar pagar o empréstimo com juro. O rei recusou o pagamento, dizendo que não tinha necessidade disso (Geary, 1988, p. 101; tradução do editor)¹⁰.

E Patrick Geary, que nos transmitiu a história, comentou que o monarca [preferia ter a cidade em dívida política com ele] [“preferred to have the city in his political debt”] (*ibidem*).

A regra da reciprocidade no domínio da troca de presentes de luxo exprimia, por um lado, a rivalidade entre os magnatas para o estabelecimento das hierarquias. Mas este aspecto era economicamente acessório, podendo apenas ser compreendido ao verificarmos que, por outro lado, a regra se referia à situação de subalternização ou de dependência em que passavam definitivamente a encontrar-se os que se viam obrigados a aceitar presentes que para eles eram de luxo, não o sendo para o ofertante. E porque não dispunham da capacidade de retribuí-los, não possuíam também força para os rejeitar. Tinham de aceitar o que selava a sua inferioridade social. Por isso o poder de alguém se media pelo

⁹ Texto original: “[...] the creditor may prefer to maintain the status superiority that lending gives him. In societies in which roles are multiplex it may be an insult to your creditor to wish to repay him.”

¹⁰ Texto original: “Gregory of Tours mentions that the bishop of Verdun, Desideratus, obtained a loan from king Theudebert of 7,000 gold pieces guaranteed by the merchants of the city [...] the bishop was able to attempt to repay the loan with interest. The king refused repayment, saying that he had no need of it.”

número dos seus devedores, fossem eles simples clientes, servos ou escravos, consoante as modalidades específicas de exploração. “A riqueza parecia ocasionalmente consistir na acumulação de bens ou obrigações por um homem, de modo que a comunidade inteira é dependente dele, às vezes por suas distribuições luxuosas, de modo que todos tivessem em dívida com ele” (Quiggin, 1949, p. 5)¹¹.

Esta situação explica que se considerassem como unidades constitutivas de um Estado não as pessoas isoladamente nem a terra sozinha, mas a produção. Depois de recordar que “terra e trabalho geraram a riqueza da Índia; e do sucesso com o qual esses recursos puderam ser comandados, e seu excedente mobilizado e distribuído, dependeu a estabilidade de cada regime dinástico”, Key adverteu que “seria errado, no entanto, concluir que terra e trabalho foram então considerados as unidades básicas da economia”, e concluiu que “Na Índia, desde as primeiras evidências de que uma parte da colheita era doada para fins rituais, produzir – não as pessoas, nem as propriedades – era o que importava”. (Key, 2003, II, p. 369; tradução do editor)¹². Do mesmo modo, no *Poder e dinheiro* insiti diversas vezes no fato de o poder senhorial basear-se em conjuntos de terras com os servos capazes de as cultivar. Era o processo de exploração a determinar as células constitutivas dos Estados.

A dupla face da reciprocidade permitia aos magnatas afirmarem-se como tal, dando presentes sempre mais valiosos, porque os celeiros e os armazéns onde fundavam a riqueza iam se encontrando cada vez mais repletos.

Por outro lado, os magnatas procediam também sistematicamente a operações de saque, quer grandes expedições militares quer simples razias, que tanto podiam atingir outros povos como magnatas vizinhos ou ainda famílias camponesas. A obrigação de guerrear caracterizava os homens da elite ao mesmo título que a obrigação de dar presentes, o que confirma a íntima relação entre estes aspectos. Mas é imprescindível observar que nem nos processos reais nem nas ideologias coevas se operava qualquer demarcação nítida entre a cobrança regular de tributos e as pilhagens ocasionais. Basta pensar – um exemplo entre muitos possíveis – que *dizimar*, que passou ao nosso vocabulário com a acepção de *chacinar*, sobretudo *chacinar inimigos*, significava originariamente *cobrar o dízimo*.

Em suma, era possível que um magnata desse sempre mais do que recebia

¹¹ Texto original: “Wealth sometimes appears to consist in the amassing of goods or obligations by one man, so that the entire community is dependent on him, sometimes by his lavish distributions, so that all are in his debt”.

¹² Texto original: “land and labour generated the wealth of India; and on the success with which these resources could be commanded, and their surplus mobilised and distributed, depended the stability of every dynastic regime.” “it would be wrong, though, to conclude that land and labour were therefore considered the basic units of the economy.” “In India, ever since the earliest evidence of a share of the crop being donated for ritual purposes, produce – not people, not property – was what mattered.”

e, apesar disto, não se arruinasse, porque extorquia tributos regulares e serviços periódicos a todos os que não conseguiam corresponder de outra forma à sua interessada generosidade, e ao mesmo tempo pilhava sistematicamente os bens alheios. O sistema de presentes de prestígio manteve-se devido a ambas estas formas, direta e indireta, de exploração. Patrick Geary observou que “saque e generosidade formaram duas partes do sistema de troca e circulação de bens [...]” [“plunder and generosity formed the two parts of the system of exchange and circulation of goods [...]”] (Geary, 1988, p. 112; tradução do editor), e Aron Gurevitch explicou: “As pessoas tomavam como certa a atitude de um senhor que gastava sem fazer conta e sem se preocupar com o equilíbrio entre suas despesas e sua renda. A diferença sempre pode ser compensada por novas exações, por extorsões, por multas, por pilhagem ou por espólio de guerra” (Gurevitch, 1977, p. 16; tradução do editor)¹³.

12. Metafísica da troca de presentes

A emulação na troca de presentes de prestígio manteve-se devido à espoliação, quer a exploração quer os saques e as pilhagens. Esta situação era refletida pela moral vigente quando se considerava a generosidade e a coragem como as maiores virtudes de um magnata. Uma não podia existir, neste sistema, sem a outra. O sábio viajante marroquino Ibn Batuta escreveu que Muhammad bin Tughluq, o sultão de Delhi que governou no segundo quartel do século XIV, se salientava por duas coisas, “dar presentes e derramar sangue” [“giving presents and shedding blood”] (Keay, 2003, I, p. 298; tradução do editor). Era impossível exprimir mais sinteticamente os dois aspectos do sistema de troca de presentes, as dádivas e as espoliações, pois sem derramar sangue não podia manter-se submissa a plebe nem se conseguia saquear as sociedades vizinhas. A moral não foi diferente noutra grande área religiosa. Étienne Delaruelle observou que, na cristandade ocidental, até ao começo do segundo milênio da nossa era, se o mérito consistia em oferecer, e nomeadamente em oferecer esmolas, o bom cristão seria o rico, pois o pobre era incapaz de cumprir o preceito da caridade (Delaruelle, 1965, p. 228-229). Mas o rico, para ser caridoso, tinha de desenvolver a capacidade de acumulação, e para isso necessitava de audácia e coragem física, ou necessitava pelo menos de dispor de tropas corajosas. Referindo-se aos francos da época merovíngia, Patrick Geary escreveu que “um líder demonstrava sua nobreza com sua generosidade assim como com sua capacidade de liderar seus seguidores contra os inimigos na aquisição de riqueza [...] que ele depois distribuía”

¹³ Texto original: “People took for granted the attitude of a lord who spent without counting and without worrying about the balance between his expenses and his income. The difference could always be made up by new exactions, by extorsions, by fines, by pillage or by war booty.”

(Geary, 1988, p. 112; tradução do editor)¹⁴. Reciprocamente, e a propósito da mesma época, Philip Grierson observou que “a maldade disputa com a covardia como o mais vergonhoso dos defeitos humanos” [“meanness vies with cowardice as the most shameful of human defects”] (Grierson, 1959, p. 138; tradução do editor), repetindo noutro lugar que, segundo a literatura popular anglo-saxónica, “a avareza rivaliza com a covardia entre os defeitos humanos mais vergonhosos” [“l’avarice rivalise avec la lâcheté parmi les défauts humains les plus honteux”] (Grierson, 1961, p. 357; tradução do editor). Assim, os comentários morais coevos levam a crer que as pessoas daquele tempo não ignoravam para que servia a coragem nem desconheciam o que sustentava a generosidade. O verniz ideológico aqui consistia apenas em desviar a aceção de *coragem* para o confronto com os inimigos exteriores e em esquecer, ou pelo menos subentender, a ferocidade que sempre ameaçava os camponeses. Para este tipo de concepções, os humildes eram tão abjetos que nem mereciam ser vítimas da coragem dos magnatas.

Outros aspectos da metafísica da troca de presentes revelaram-se igualmente rentáveis para os seus promotores. Referindo-se ao antigo Egito, escreveram John Baines e Jaromír Málek: “As oferendas foram feitas diante do deus e, ‘depois que ele se satisfiz com elas’, legou primeiro para santuários menores e depois para os sacerdotes, que consumiam seus resíduos menos espirituais” (Baines et al., 1984, p. 215; tradução do editor)¹⁵. Marco Polo observou uma situação semelhante no Maabar, na costa sudeste da Índia, em que o presente, na sua essência espiritual, era consumido pelo espírito e, na sua aparência material, pelos servidores do espírito.

Permitam-me dizer-lhes ademais que eles têm muitos ídolos em seus mosteiros, tanto machos quanto fêmea, e para esses ídolos muitas donzelas são oferecidas da seguinte maneira. Sua mãe e seu pai os oferecem a certos ídolos, àquele que mais os agrada. Uma vez oferecidos, então sempre que os monges desses mosteiros de ídolos exigirem que eles venham aos mosteiros para entreter os ídolos, eles vêm como são solicitados; e cantam e proporcionam um entretenimento animado. E há um grande número dessas donzelas, porque elas formam grandes grupos. Várias vezes por semana em todos os meses, eles trazem comida para os ídolos aos quais são dedicados; e explicarei como eles o trazem e como eles dizem que o ídolo comeu. Algumas dessas donzelas de quem falei preparam saborosos pratos de carne e

¹⁴ Texto original: “a leader showed his nobility in his generosity just as he did in his ability to lead his followers against his enemies in acquiring the wealth [...] which he then distributed.”

¹⁵ Texto original: “Offerings were laid before the god and, ‘after he had satisfied himself with them’, reverted first to minor shrines and then to the priests, who consumed their less spiritual residues.”

outros alimentos e os levam aos seus ídolos nos mosteiros. Em seguida, colocam a mesa diante deles, servindo a refeição que trouxeram e a deixam por algum tempo. Enquanto isso, todos cantam, dançam e praticam o esporte mais divertido do mundo. E após se divertirem durante tanto tempo quanto um grande senhor pode gastar comendo uma refeição, dizem que o espírito dos ídolos comeu a substância da comida. Depois disso, eles pegam a comida e comem juntos com grande regozijo e alegria. Finalmente eles retornam – cada um para sua própria casa (*The Travels...*, p. 229-230; tradução do editor)¹⁶.

E assim as hierarquias metafísicas e as hierarquias materiais, sendo inversas, satisfaziam a coerência do sistema, porque o clero podia apropriar-se da realidade econômica das dádivas, ao mesmo tempo que a apresentava como subordinada à ficção ideológica. Graças a esta metafísica os servidores (servidores ideais dos deuses) eram na verdade senhores (senhores dos deuses, de cujos bens se apoderavam materialmente).

Mas nem sempre a metafísica do sistema de presentes funcionou num sentido materialmente favorável aos seus promotores. J. Dumarcay citado por John Keay chamou a atenção para o fato de que “a construção de um templo, hindu ou budista, era um importante ato político [“the construction of a temple, Buddhist or Hindu, was an important political act”] e R. Inden, citado pelo mesmo autor, indicou igualmente que essa construção era “um ato de guerra, tanto quanto um ato de paz” [“as much an act of war as it was an act of peace”]. (Keay, 2003, I, p. 201; tradução do editor) Partindo destes pressupostos, Keay escreveu:

À medida que novos desafiadores islâmicos se aventuravam pelos desertos de Sindh e pelo Indocuche, as dinastias da Índia pareciam lamentavelmente indiferentes, pois esbanjavam todos os recursos disponíveis, não em fortes e cavaleiros, mas em vôos de fantasia arquitetônica. De fato, eles estavam enfrentando a nova ameaça com

¹⁶ Texto original: “Let me tell you further that they have many idols in their monasteries, both male and female, and to these idols many maidens are offered in the following manner. Their mother and father offer them to certain idols, whichever they please. Once they have been offered, then whenever the monks of these idol monasteries require them to come to the monasteries to entertain the idols, they come as they are bidden; and sing and afford a lively entertainment. And there are great numbers of these maidens, because they form large bevvies. Several times a week in every month they bring food to the idols to which they are dedicated; and I will explain how they bring it and how they say that the idol has eaten. Some of these maidens of whom I have spoken prepare tasty dishes of meat and other food and bring them to their idols in the monasteries. Then they lay the table before them, setting out the meal they have brought, and leave it for some time. Meanwhile they all sing and dance and afford the merriest sport in the world. And when they have disported themselves for as long a time as a great lord might spend in eating a meal, then they say that the spirit of the idols has eaten the substance of the food. Whereupon they take the food and eat together with great mirth and jollity. Finally they return – each to her own home.”

uma afirmação gloriosamente desafiadora de autoconfiança em sua soberania superior. (*ibidem*; tradução do editor)¹⁷.

A disputa de arquiteturas funcionara perfeitamente só entre rivais da mesma cultura religiosa, e os islâmicos não responderam a esta forma de *potlatch* artístico por um *potlatch* equivalente, mas pela força dos seus exércitos. E assim, passado algum tempo, a metafísica do sistema de presentes acabou por ficar sem efeito, como sucede a todas as metafísicas que se defrontam com uma incredulidade – ou com uma outra crença – materializada em atos.

13. Reprodução simples e reprodução ampliada

Entregue a si só, qualquer economia centralizada regida pelo sistema de troca de presentes parece tender a reproduzir-se de maneira simples, sem contração nem expansão.

Depois de enumerar as autoridades maiores e menores, laicas e religiosas, que tinham direito a cobrar tributo sobre o produto agrícola da Índia durante o império mogol, John Keay advertiu:

Embora a teoria fosse a de que todos esses beneficiários tivessem direito a certa percentagem do rendimento, deixando o resto para o cultivador, a realidade era que todo o rendimento, à exceção apenas do que era considerado necessário para a sobrevivência do cultivador, era passível de apropriação. (Keay, 2003, II, p. 369; tradução do editor)¹⁸.

Assim, os camponeses eram deixados no mero nível da subsistência, sem disporem de meios suficientes para aumentar o volume da produção.

Por outro lado, o excedente ficava totalmente afastado da atividade agrícola e não se destinava a ser investido. Com efeito, o fruto das exações que não era consumido pelo monarca, pela sua corte, pela burocracia estatal e pelo exército destinava-se ou a ser redistribuído enquanto presentes; ou a ser entesourado e, portanto, retirado da circulação; ou a ser esbanjado, quer sob a forma de dádivas especiais quer sob a forma de destruição, o que constituía uma retirada de circulação mais drástica ainda; ou a ser congelado na forma de monumentos, o que representava uma síntese do entesouramento e do esbanjamento. Se o *potlatch*

¹⁷ Texto original: “As new Islamic challengers ventured across the deserts of Sind and over the Hindu Kush, India’s dynasties appeared to be woefully indifferent as they lavished all available resources not on forts and horsemen but on flights of architectural fantasy. In fact they were meeting the new threat by a gloriously defiant assertion of self-belief in their superior sovereignty.”

¹⁸ Texto original: “Although the theory was that all these beneficiaries were entitled to a certain percentage of the yield, leaving the remainder to the cultivator, the reality was that the entire yield, minus only what was deemed necessary for the cultivator’s survival, was liable to appropriation.”

era, como atrás o defini, a forma extrema do sistema de presentes, então o desenvolvimento deste sistema, em vez de ocasionar o investimento dos excedentes na reprodução ampliada de bens, levava à destruição dos excedentes. Por outras palavras, o lugar assumido pelo *potlatch* no sistema implicava que este fosse passível apenas de uma reprodução simples. John Baines e Jaromír Málek ilustram bem o dilema ao escreverem, a propósito do Egito na época das primeiras dinastias:

Onde o rei e sua organização eram fortes, os recursos do país podiam ser importunados da maneira mais impressionante, provavelmente através do trabalho *corvéé*. Quando ele era fraco, o padrão de subsistência normal continuou sem prejudicar o tecido econômico do país, mas sem dedicar seu potencial ao mesmo fim duradouro (Baines *et al.*, 1984, p. 32; tradução do editor)¹⁹.

De acordo com um modelo de equilíbrio deste tipo, a população gozaria sempre do mesmo nível de subsistência, e eram as variações do excedente que justificavam as diferenças na opulência exibida pelo soberano consoante as épocas. No âmbito do Estado o desequilíbrio só poderia ser provocado pela desmedida opulência, sem que houvesse jamais um desequilíbrio inverso, ou seja, sem que uma parte do excedente saísse dos projetos suntuários e fosse aplicada na atividade produtiva. Na China do império Shang, por exemplo, o segundo império registrado na tradição histórica, que durou desde a passagem do primeiro para o segundo quartel do segundo milênio antes da nossa era até ao último ou penúltimo século desse milênio, enquanto as fainas rurais continuavam a ser feitas com instrumentos de pedra, de osso e de madeira, os guerreiros usavam já extensivamente o bronze (Blunden *et al.*, 1983, p. 56). Essa restrição do metal aos instrumentos diretos da sustentação do poder, que julgo ter caracterizado igualmente outros Estados durante o longo período de transição do neolítico para a era dos metais, revela a indiferença das classes dominantes perante a produtividade agrícola. Aliás, se o período de transição do uso da pedra para o uso do metal foi longo isto se deveu ao fato de o Estado pretender reservar para si o emprego exclusivo dos metais. E quando já não o conseguiu fazer, o Estado procurou pelo menos controlar o emprego do metal pelos camponeses. No Estado de Qi, durante a primeira metade do século VII antes da nossa era, quando era este o centro hegemônico num império em desagregação, o Estado supervisionava a manufatura dos utensílios agrícolas de ferro (*ibidem*, p. 63).

Segundo este modelo, não era fomentando a produtividade agrícola que o

¹⁹ Texto original: “Where the king and his organization were strong the country’s resources could be harassed in a most impressive way, probably through *corvéé* labor. When he was weak the normal subsistence pattern continued without harming the economic fabric of the country, but without dedicating its potential to the same enduring end.”

Estado despótico recolhia um maior volume de exações, mas guerreando os vizinhos. A reprodução ampliada só era possível, na esfera individual da classe dominante, mediante o saque e, na esfera estatal coletiva, mediante a guerra. A troca de malefícios, em suma, seria o modo de acumulação ampliada no sistema estatal de troca de presentes. Se for este o modelo de equilíbrio característico de uma economia centralizada regida pelo sistema de presentes, ela difere do capitalismo sobretudo pelo fato de o capitalismo supor a reprodução ampliada. E se for exato que os mecanismos da exploração constituem o motor de todo o regime econômico, então o modo de exploração capitalista, ou seja, a extorsão de mais-valia, supõe por si só a reprodução ampliada.

Aceitando o modelo do equilíbrio estático, a produção assegurava regularmente a subsistência da população, e todo o excedente que o monarca conseguisse extorquir através da força do Estado destinava-se a ser usado fora da esfera da reprodução econômica. Um equilíbrio deste tipo podia ser posto em causa quando as despesas perdulárias eram superiores ao excedente e, portanto, comprometiam a própria reprodução simples da economia. Foi o que sucedeu há mais de dois mil e duzentos anos com a construção da colossal sepultura de Qin Shi Huangdi (Ts'in Che Huang-ti), o célebre unificador da China imperial. Foram requisitados setecentos mil trabalhadores para construir os palácios e o túmulo, e esta força de trabalho ficou definitivamente perdida porque todos foram enterrados vivos para manter secreto o lugar da sepultura imperial. Se incluirmos as outras obras destinadas também a exibir a grandeza do soberano, foram ao todo dois milhões de pessoas sujeitas ao trabalho forçado, o que equivalia a dez por cento da população do império.

A esta enorme quantidade de gente retirada das fainas rurais acrescentavam-se várias centenas de milhares de soldados e meio milhão de operários empregado na construção de uma Grande Muralha de cinco mil quilômetros de extensão, a primeira versão de sucessivas barreiras edificadas para contenção das populações e proteção do império. O próprio prosseguimento da atividade agrícola acabou por ficar comprometido, o que levou a uma crise econômica grave e suscitou uma revolta camponesa generalizada, que pôs termo à dinastia (*ibidem*, p. 83; Wu *et al.*, 1993, p. 10). Sob o ponto de vista político e ideológico a edificação de um tal túmulo e das outras obras era perfeitamente racional, servindo para exprimir a centralização do império e a liquidação dos regionalismos e das veleidades de autonomia das aristocracias locais; mas numa perspectiva econômica foi um empreendimento muito superior às possibilidades.

O equilíbrio podia igualmente ser posto em causa quando a tendência a cobrar cada vez mais excedentes deixava os camponeses sem meios para proceder aos investimentos agrícolas necessários. François Bernier, um médico

francês que visitou a Índia na década de 1660, observou que uma exploração excessiva afugentava muitos camponeses da terra e prejudicava a produtividade dos que ficavam. “Como o solo raramente é lavrado, a não ser por compulsão”, escreveu ele, “e como não se acha alguém disposto e capaz de reparar as valas e canais para o abastecimento de água, acaba que o país inteiro é mal cultivado e uma grande parte se torna improdutivo por necessidade de irrigação”. (Keay, 2003, II, p. 370; tradução do editor)²⁰. John Keay considerou exagerada a apreciação de Bernier. “Sua Índia dos 1600’s ainda estaria se recuperando de uma sucessão de crises que resultaram da guerra civil”. E se a situação no Decão era ainda conturbada, em muitas regiões do norte e do centro do país prevalecia já a estabilidade política.

A população estava crescendo gradualmente, assim como a produtividade. Mesmo as aldeias abandonadas percebidas pelo doutor podem ter ficado desertas simplesmente porque os cultivadores as deixaram subitamente para desenvolver novas terras nas quais as estimativas de receita eram mais suaves. Com tais incentivos, pode-se imaginar que muitas terras abandonadas foram recuperadas para o cultivo durante o século dezessete” (*ibidem*, II, p. 370-371; tradução do editor)²¹.

Porém, um pouco mais à frente, o mesmo historiador admitiu que a situação dos camponeses “pode ter piorado durante a vigência da pax mogol” [“may have been worsened by the prevailing pax Mughala”] e que as reformas centralizadoras empreendidas por Akbar haviam promovido “uma integração de cima para baixo que ignorou a situação de penúria do produtor e tentou aumentar a produtividade pelo aumento da exploração [“an integration from above which ignored the plight of the producer and sought increased productivity through increased exploitation”] (*ibidem*, II, p. 372-373; tradução do editor). Chegara-se a uma situação em que era necessário estacionar nas várias regiões do império um número colossal de tropas encarregadas de assegurar a cobrança das exações, e ao mesmo tempo tinham de ser cobradas exações cada vez mais volumosas para sustentar as tropas. Tratava-se, como resumiu Tapan Raychaudhuri, de “um

²⁰ Texto original: “As the ground is seldom tilled otherwise than by compulsion, and as no person is found willing and able to repair the ditches and canals for the conveyance of water, it happens that the whole country is badly cultivated and a great part rendered unproductive for want of irrigation.”

²¹ Texto original: “His India of the 1660s would be still recovering from a succession crisis which amounted to civil war.” “The population was gradually increasing and so was productivity. Even the derelict villages noticed by the doctor may have been deserted simply because the cultivators had decamped to develop new lands on which the revenue assessment was lighter. Under such incentives much wasteland is thought to have been reclaimed for cultivation during the seventeenth century.”

círculo vicioso de coerção ajudando a manter uma máquina de coerção”. [“a vicious circle of coercion helping to maintain a machinery of coercion”] (*ibidem*, II, p. 375; tradução do editor).

Se a situação de sobre-exploração se prolongasse por muito tempo, ela relegava a esmagadora maioria da população para um estado crônico de subalimentação. Daqui resultava, antes de mais, um enfraquecimento progressivo, com a conseqüente diminuição do esforço de trabalho, o que levava ao declínio gradual da capacidade produtiva. Além disso, a subalimentação causava uma propensão a contrair doenças epidêmicas, o que suscitava periodicamente conseqüências catastróficas na produção. De uma forma ou outra, ocorria uma verdadeira contração da economia.

Referindo-se ao império chinês, mas consoante um modelo que pode igualmente ser aplicado às outras burocracias despóticas regidas pelo sistema de presentes, Caroline Blunden e Mark Elvin apresentaram o quadro de uma população rural que, se fosse pressionada pelas exações estatais para além do nível da subsistência, procuraria o apoio das figuras mais poderosas de cada localidade, que a protegessem dos cobradores do tributo. A posição destas personalidades locais era contraditória, afirmaram os dois historiadores, porque, por um lado, elas representavam o Estado e partilhavam os interesses da burocracia cobradora de impostos; mas, por outro lado, quanto mais estendessem a sua proteção aos camponeses das imediações mais estes acabavam por cair na sua dependência. Assim, se prevalecesse a última tendência e fosse eficaz a proteção garantida pelas pessoas mais ricas de cada localidade ou de cada região, reduzir-se-ia a base tributária do Estado e tornar-se-iam mais pesadas as exações sobre a população que se mantivesse ainda na dependência direta do poder central, o que a levaria por sua vez a procurar resguardar-se detrás dos poderosos das suas localidades. A forma terminal deste processo de descentralização e fragmentação acarretaria a crise do Estado central (Blunden *et al.*, 1983, p. 91; 125). Foi assim que surgiu na Europa o regime senhorial. O mesmo sistema de troca de presentes que havia ditado as regras da centralização estatal passara a reger a cobrança descentralizada de tributos e serviços pelos potentados locais.

Até aqui, nesta análise da reprodução das economias estatais tenho considerado exclusivamente a iniciativa do Estado, mas na realidade o sistema supunha também a iniciativa privada. Enquanto regime de exações, o Estado despótico estendia a todo o império uma infra-estrutura de serviços administrativos e vias de comunicação que lhe permitia cobrar tributos, recrutar força de trabalho e soldados e manter a ordem. Mas a atividade produtiva era geralmente deixada decorrer no seu plano próprio, sem depender de uma intervenção direta e permanente do Estado, ficando a cargo de coletividades locais, de famílias, ou de conjuntos formados por um senhor e pela sua clientela ou pelos seus dependen-

tes. Ora, podia suceder que esta dualidade cobrisse diferentes regimes econômicos, ou seja, que Estados despóticos de configuração semelhante se conjugassem na base com unidades produtivas de tipo diferente, ou que sob um mesmo Estado despótico as unidades produtivas fossem capazes de proceder a uma evolução econômica ou até a uma transformação. Com efeito, o sistema geral de troca de presentes era suficientemente maleável para permitir um sem fim de variantes práticas, e o próprio fato de o conhecimento desse sistema se aplicar tanto à análise de grandes impérios como à análise de povos desprovidos de Estado revela a sua enorme plasticidade. Assim, as operações da troca de presentes permitiam que o mesmo tipo de Estado se conjugasse com diferentes tipos de unidades produtivas, tal como permitiam diferentes tipos de conjugação entre o Estado central e as unidades produtivas.

Coloca-se então a questão de saber em que medida num sistema de economia dupla em que as unidades produtivas fossem capazes, ou se tornassem capazes, de proceder no seu próprio âmbito a uma reprodução ampliada esta situação não arrastaria o Estado a iniciar também formas de reprodução ampliada. A outra alternativa consiste em admitir que todo o aumento de excedentes resultante da capacidade de reprodução ampliada das unidades produtivas fosse cobrado pelo Estado sob a forma de exações e que, no seu próprio plano, o Estado despótico continuasse a obedecer exclusivamente aos mecanismos da reprodução simples.

Na Índia meridional durante o final do século X da nossa era e ao longo dos séculos XI e XII, sob a dinastia dos Chola, parece terem-se verificado as condições para uma expansão econômica global propiciada pela dualidade originária do Estado e das unidades de produção locais. Os monarcas procediam a numerosas concessões de terras aos brahmins, o que, se por um lado assegurava o apoio desta casta e reforçava a unidade do Estado, por outro lado constituía uma forma de estimular a produtividade agrícola, pois os brahmins tinham conhecimentos de hidráulica e podiam aplicá-los em obras de irrigação.

Os cholas parecem ter explorado essas doações de modo bastante sistemático, de forma que dois ou três de tais assentamentos brahmins foram implantados em cada distrito de seu reino. Com efeito, as brahmadeyas [as concessões fundiárias dos brahmins] tornaram-se “os núcleos locais da estrutura de poder dos cholas, sendo sua função integrar e controlar as aldeias não-brahmadeyas circunvizinhas. (Keay, 2003, I, p. 246-247; tradução do editor)²².

²² Texto original: “The Cholas seem to have exploited such grants quite systematically so that two or three such brahman settlements became implanted in every district in their kingdom. In effect brahmadeyas became ‘the local nuclei of the Chola power structure, their function being to integrate and control the surrounding non-brahmadeya villages”.

Talvez este modelo de uma economia dupla, em que um mesmo tipo de Estado despótico se articulava na base com unidades produtivas suscetíveis de obedecer a regimes econômicos distintos, explique a reprodução ampliada da economia verificada em certas épocas da China imperial. Com efeito, sucedeu por vezes que, na China, o poder de Estado, sem abandonar o quadro geral do sistema de troca de presentes e sem abdicar da acumulação através do saque e da pilhagem, ou conferindo até um lugar de grande importância à guerra e aperfeiçoando a estratégia e a organização militar, estimulasse igualmente a produção dos camponeses e dos artesãos de maneira a que o resultado das exações fosse mais volumoso. Aliás, em *San Guo zhi yanyi (San Kouo tche yen-yi), a Amplificação da crónica dos três reinos*, atribuída a Luo Guanzhong (Lo Kouan-tchong), aparecem várias vezes conselheiros de monarcas a propor uma política de benevolência e de cuidados com a população, para que aumentasse a produção e, deste modo, aumentassem os tributos também. Já no período dito das Primaveras e dos Outonos, durante o reinado dos Zhou orientais (Dong Zhou ou Tong Tcheou), entre 770 e 481 antes da nossa era, quando o imperador acabara por ser remetido para funções meramente rituais e a desagregação do império se consolidara numa pluralidade de Estados rivais, a teoria política mencionou a promoção do bem-estar das populações entre os deveres dos governantes; e os registos históricos narram que nos meados do século VI antes da nossa era o primeiro-ministro do Estado de Chu (Tch'ou) ordenou que o ministro da Guerra tomasse medidas práticas, incluindo obras hidráulicas, no sentido de ampliar os solos cultiváveis e melhorar a agricultura (Blunden *et al.*, 1983, p. 61). Em seguida, durante a época dos Reinos Combatentes, o fato de se atribuir uma importância ímpar à organização militar não impediu que prosseguissem também obras de irrigação destinadas a aumentar a fertilidade do solo (*ibidem*, p. 68). No reino de Qin (Ts'in), um dos principais reinos em que a China estava dividida nesta época, o primeiro-ministro Shang Yang (Chang Yang) tomou nos meados do século IV antes da nossa era uma série de medidas jurídicas e administrativas destinada a estimular o interesse do camponês pela terra que cultivava e a aumentar a produtividade do seu trabalho, criando uma sociedade em que o elevadíssimo grau de centralização estatal e de militarização não impedia a busca da riqueza individual, com o conseqüente aumento do volume das exações (*ibidem*, p. 68-69; 74). Um século depois procedeu-se no mesmo reino a dois imensos conjuntos de obras de irrigação, que mais ainda aumentaram a produção de alimentos e, portanto, o volume das exações (*ibidem*, p. 72). Tanto maior se torna o contraste com a orientação adotada pouco depois por Qin Shi Huangdi, que se converteu de rei de Qin em primeiro imperador da China unificada, e cujas despesas ostentatórias levaram, como recordei já, à crise econômica e ao fim da dinastia. Parece que Shi Huangdi, se aprendeu a lição política e militar dos seus predecessores, não soube copiar suas medidas econômicas. Bastante mais tarde, ao longo das dinastias

Tang (T'ang) e Song, verificamos que a crescente prosperidade do Estado passou em boa medida a assentar no estímulo prestado à iniciativa das unidades econômicas de base, de modo que foi esta prosperidade individual da população a assegurar a reprodução ampliada do conjunto do sistema econômico, sem que o Estado, por si só, parecesse capaz de abandonar a forma simples de reprodução.

Outra maneira de ampliar a agricultura chinesa consistiu no estabelecimento de colônias de guerreiros-camponeses em lugares estratégicos, consoante uma prática muitas vezes repetida até à segunda metade do século XIX (*ibidem*, p. 93-94; 99). Foi o que fez, por exemplo, um dos imperadores da dinastia Han no final do século II antes da nossa era, quando transferiu setecentos mil guerreiros para uma das principais zonas defensivas do império com ordens de assegurarem a sua própria subsistência (*ibidem*, p. 93). Deste modo o aparelho de Estado ampliava-se sem que precisasse para isso agravar as exações, e uma vez mais é elucidativa a comparação com a política prosseguida por Shi Huangdi, pois a mesma quantidade de homens que num caso foi retirada do trabalho produtivo foi no outro caso inserida no trabalho produtivo.

O caso da Índia antiga é mais ambíguo, em virtude das dificuldades de documentação com que deparam os historiadores. Apesar disso, analisando as tradições épicas que nos chegaram através das múltiplas versões do *Mahabharata* e do *Ramayana*, alguns especialistas concluíram que, nos meados do primeiro milênio anterior à nossa era, várias sociedades no que são hoje o Bihar e o Uttar Pradesh abandonaram o cumprimento integral dos sacrifícios védicos, que requeria formas rigorosas de *potlatch*, e em vez de liquidarem maciçamente a produção excedentária passaram a aplicá-la no desenvolvimento da administração, na urbanização, na atividade manufatureira e mercantil (Keay, 2003, I, p. 54). Ora, estas sociedades não eram governadas por monarcas e obedeciam a governos de base mais ampla, não se sabe se oligarquias ou alguma modalidade de república (*ibidem*, p. 53), e por isso podemos admitir que as novas aplicações do produto excedente não se destinassem apenas a enaltecer a elite e que as manufaturas e as redes mercantis não se destinassem apenas ao fabrico e transporte de artigos de luxo. Esta interpretação parece ser confirmada pelo fato de as primeiras moedas, surgidas precisamente naquela época, nos meados do primeiro milênio anterior à nossa era, ostentarem símbolos que verossimilmente identificavam grupos profissionais, mercados e cidades. Nas palavras de Romila Thapar, tratava-se de “uma forma de transição entre as insígnias emitidas pelos mercadores como unidades de valor e o curso legal emitido pela realeza” [“a transitional form between traders’ tokens as units of value and legal tender issued by royalty”] (*ibidem*, p. 58; tradução do editor). Este tipo de moedas, todavia, só pode classificar-se como “uma forma de transição” se admitirmos como natural e inelutável o desenvolvimento das redes mercantis pluricentradas em monarquias centralizadas, o que não me parece ser absolutamente confirmado pelos exem-

plos históricos disponíveis. De qualquer modo, para o problema que agora me ocupa o importante é que aquelas sociedades se baseavam em unidades econômicas detentoras de um grau de autonomia próprio, e por isso capazes de proceder a investimentos. Se esta suposição for exata, deduz-se que teria então ocorrido uma transição de uma reprodução simples da economia para uma reprodução ampliada.

Nesta perspectiva é elucidativo saber que “imperceptivelmente, termos como *bali*, que originalmente significava uma oferenda preparada para o descarte sacrificial do chefe do clã, passou a denotar uma contribuição fixa e regular que, quando sujeita a registro e medição, converteu-se devidamente em imposto” (*ibidem*, p. 56; tradução do editor)²³. Restaria definir em que medida este tipo de reprodução ampliada, pressupondo investimentos produtivos da parte da autoridade central, teria influenciado as formas político-econômicas posteriores, incluindo as monarquias de tendência imperial. As observações de John Keay a propósito da doutrina budista parecem apontar neste sentido. Siddhartha Gautama, o Buda, nasceu e peregrinou naquelas sociedades de tipo oligárquico ou republicano, e os seus ensinamentos refletiram um sistema de reprodução ampliada, passando-o à posteridade como modelo idealizado de comportamento. “De fato, a concepção budista do ‘mérito’ como algo a ser conquistado, acumulado, ocasionalmente transferido e eventualmente realizado parece inconcebível sem uma aquiescência próxima com uma economia monetizada”. (*ibidem*, p. 71; tradução do editor)²⁴. Um contacto não exatamente com uma economia pecuniária, corrijo eu, mas com uma economia em que o dinheiro veiculava a acumulação ampliada da riqueza e em que o Estado se ocupava em promovê-la. “O budismo [...] passou a ser identificado com o comércio e a manufatura. Não apenas a doutrina budista encorajou o investimento de recursos que poderiam de outra forma ser gastos em sacrifícios; ele também negou os tabus de casta sobre comida e viagem que tornaram o comércio tão problemático para os ortodoxos” (*ibidem*, p. 143; tradução do editor)²⁵. Não era decerto ocasional que o título da grande compilação de preceitos políticos, *Arthashastra*, significasse literalmente a ciência da riqueza, ou seja, a teoria econômica (*ibidem*, p. 101). Megasthenes, o embaixador enviado por Seleucus Nikator à corte do império Maurya, descreveu

²³ Texto original: “imperceptibly terms like *bali*, which originally meant an offering intended for the clan-chief’s sacrificial disposal, came to denote a fixed and regular contribution which, when subject to record and assessment, duly became a tax.”

²⁴ Texto original: “Indeed, the Buddhist concept of ‘merit’ as something to be earned, accumulated, occasionally transferred and eventually realised seems inconceivable without a close acquaintance with the moneyed economy.”

²⁵ Texto original: “Buddhism [...] had become identified with commerce and manufacturing. Not only did Buddhist doctrine encourage the investment of resources which would otherwise be wasted on sacrifices; it also denied caste taboos on food and travel which made trade so hazardous for the orthodox.”

o exército como um corpo permanente de mercenários profissionais, recrutado, treinado e mantido pelo Estado, de maneira a não onerar os agricultores (*ibidem*, p. 105). A mesma situação parece ter-se verificado mais tarde, do século VI ao século VIII da nossa era, uma época de proliferação de dinastias e de fragmentação das soberanias, mas em que “as tropas [...] parecem ter sido formadas por guerreiros profissionais que, embora dependentes dos suprimentos e transporte locais, deixavam em paz as classes agrícolas [...]” (*ibidem*, p. 193; 213; tradução do editor)²⁶.

Pelo menos nas civilizações em que a agricultura dependia de obras hidráulicas, a arqueologia pode fornecer indicações que ajudem a confirmar ou a infirmar o modelo de reprodução ampliada de uma economia dupla – do Estado e das coletividades locais – assente no sistema de troca de presentes. Quando o Estado se limitava a manter em funcionamento os diques e os canais de irrigação e a restaurar os que ruíam, então parece confirmar-se a ausência de iniciativa do Estado na reprodução ampliada. Mas quando o Estado ampliava as obras hidráulicas, estava investindo produtivamente uma parte do excedente em vez de o gastar todo em manifestações de opulência, estimulando portanto a reprodução ampliada. No primeiro caso, temos de concluir que originariamente as obras hidráulicas se haviam devido às comunidades locais e que o Estado se limitara a concentrar sob a sua tutela uma infraestrutura agrícola que já estava construída. Por exemplo, entre os persas numa época arcaica o sistema de irrigação, baseado em galerias subterrâneas e poços, não requeria nenhuma intervenção global do Estado e era efetuado na esfera local (Vidal-Naquet, 1964, p. 15-16 n. 4). Neste tipo de casos, e quando muito, o Estado promoveria as obras necessárias à centralização do sistema, acima de tudo a rede de transportes, para que o tributo pudesse ser cobrado dispersamente e acumulado centralmente.

Neste quadro convém distinguir entre os canais destinados à irrigação dos solos cultiváveis e os canais destinados a facilitar o transporte de grandes volumes de bens. Na China, por exemplo, nos começos do século VII, sob a dinastia Sui, foram empregados serviços de trabalho gratuito para construir um grande canal que permitisse enviar o arroz cultivado no sul para a capital do império, a atual Xi'an, e para as tropas aquarteladas no nordeste. Mais tarde, quando a dinastia Yuan estabeleceu a sua capital política onde hoje se situa Pequim, uma grande parte daquele canal teve de ser reconstruída, de maneira a que o arroz pudesse ser levado para o novo centro do império. Na sua forma final, o sistema estatal de transporte fluvial de cereais chegou por vezes a empregar cento e cinquenta mil soldados só enquanto guarnição dos barcos, e um número muito maior de civis era obrigado a prestar serviços de trabalho de maneira a reparar e

²⁶ Texto original: “the troops [...] seem to have been professional warriors who, while dependent on local supplies and transport, otherwise left the agricultural classes alone [...]”

manter os canais (Blunden *et al.*, 1983, p. 19). Ora, por um lado, pode-se afirmar que, na medida em que se destinavam a promover a sustentação do soberano e da sua corte, estas obras hidráulicas se inseriam unicamente nas despesas de ostentação e portanto não implicavam nenhuma reprodução ampliada da economia. Por outro lado, porém, na medida em que muitos dos funcionários que rodeavam o imperador na capital política se dedicavam aos serviços administrativos e, entre outras tarefas, eventualmente promoviam as obras de irrigação e de melhoria geral da agricultura, talvez o sistema de canais destinado a levar arroz para esse centro se inserisse, em parte, na reprodução ampliada. A opção por uma ou outra alternativa depende de saber em que medida a burocracia orientava investimentos produtivos. De qualquer forma, como o grande canal podia igualmente ser usado por barcos particulares, ele promovia também o comércio (*ibidem*, p. 19).

Ainda a este respeito é interessante considerar dois exemplos. Vejamos em primeiro lugar o caso de Necho II, faraó do Egito desde 610 até 595 antes da nossa era, que mandou iniciar um canal destinado a ligar o delta do Nilo ao Mar Vermelho. Darius I, rei da Pérsia, quando sucedeu a seu pai, Cambises, como monarca do Egito em 521, mandou completar esse canal, que passou a assegurar uma ligação marítima direta entre a Pérsia e o Egito e, embora indiretamente, permitiu também as comunicações entre o Mediterrâneo e o Mar Vermelho (Baines *et al.*, 1984, p. 51). Empreendimento de grande envergadura, e precisamente num país cuja agricultura dependia de obras hidráulicas, este canal servia exclusivamente objetivos que nada tinham a ver com a produção de alimentos, destinando-se a promover a centralização do poder no império persa e a facilitar o fluxo de artigos de luxo que a atividade mercantil de longo curso trazia para benefício do soberano e para maior opulência do Estado. Compare-se a construção daquele canal com o outro exemplo que desejo aqui evocar, o das inovações agrícolas introduzidas pela dinastia ptolomaica. Os três primeiros Ptolomeus generalizaram uma técnica que garantia duas colheitas por ano e além disto usaram os mercenários estrangeiros para abrir novos solos ao cultivo, fundando colônias de guerreiros-camponeses. Foi assim que, por iniciativa régia, imigrantes gregos procederam ao conjunto de obras hidráulicas que converteu Faiyum numa das mais prósperas áreas agrícolas (*ibidem*, p. 52-53 e 131). Será que estes monarcas, herdeiros da monarquia macedônia, e estes colonos, oriundos da Macedônia ou formados pelas antigas cidades-Estados da Grécia, representavam um sistema com outras prioridades, distinto do império faraônico e do império persa? Note-se, contudo, que durante a décima segunda dinastia, nos dois séculos iniciais do segundo milênio anterior à nossa era, se havia já procedido a obras em Faiyum, com o objetivo de ampliar a área cultivável. Mas como este empreendimento se relacionou com a transferência da capital egípcia para um lugar próximo (*ibidem*, p. 131), parece-me talvez admissível que aqueles desbravamentos fossem

mais ditados pelas necessidades imediatas do faraó e da sua corte do que por qualquer interesse em promover a situação econômica geral.

E quando leio que entre os quatro ministérios criados por Akbar, o grande imperador mogol da Índia, havia um encarregado do palácio e das obras públicas (Keay, 2003, II, p. 373), parece-me poder deduzir-se que esses empreendimentos não tinham como objetivo a reprodução ampliada da economia.

Se se confirmar que em certos casos os Estados despóticos, sem deixarem de se reger pelo sistema de troca de presentes, foram capazes de efetuar investimentos produtivos, ou que, mesmo sem procederem a este tipo de investimentos, permitiram que as unidades econômicas de base assegurassem a reprodução ampliada da economia, podemos talvez considerar que a transição para o capitalismo se operou com mais facilidade onde se dispunha já de mecanismos de acumulação internos.

A solução desta hipótese depende antes de mais do estudo do mercantilismo europeu, que além de ter representado uma forma clássica de acumulação através da pilhagem, garantida neste caso pela expansão marítima a todo o mundo, parece ter representado também uma forma de acumulação interna, através da economia de plantação, ou seja, de uma produção escravista dirigida para o novo mercado mundial. Estaria assim explicada a razão por que a transição para o capitalismo se operou primeiro na Europa e nas áreas diretamente organizadas pelos europeus; e em seguida se operou mais facilmente em certos impérios, sobretudo o chinês, o otomano e o indiano, que também eles haveriam beneficiado, embora sob uma forma atenuada, de acumulação interna.

Na Índia meridional deve-se assinalar a via de desenvolvimento prosseguida pelo reino de Mysore sob a condução de Haidar Ali Khan e sobretudo do seu filho, Tipu Sultan. Parecendo quase uma antecipação da Restauração Meiji, Tipu começou a empreender uma modernização do seu regime, adotando as tecnologias europeias e uma parte das formas de organização social e econômica que as sustentavam. Desde 1749 Haidar Ali começara a interessar pelas técnicas de guerra europeias e pela forma como os britânicos e os franceses disciplinavam os seus exércitos (*ibidem*, p. 452), mas o acontecimento mais elucidativo parece-me ser a embaixada que Tipu enviou à corte de França em 1788, e graças à qual obteve a colaboração de peritos em munições e artilharia e também de peritos na manufatura de porcelana, de vidro, de relógios, de tapeçaria e de têxtil de linho, bem como jardineiros e sementes de plantas (*ibidem*, p. 456-457). “Haidar Ali had turned Mysore’s forces into a professional army, trained, equipped and paid along European lines. Tipu was determined similarly to modernise his state’s economy», escreveu John Keay.

Haidar Ali transformou as forças de Mysore em um exército profissional, treinado, equipado e pago de acordo com as linhas europeias. Tipu estava determinado de forma similar a modernizar a economia de seu estado[, escreveu John Keay]. Sozinho entre seus contemporâneos reinantes, ele identificou algo da dinâmica que está por trás da eficiência uniformizada dos regimes europeus e começou a copiá-la. O comércio era obviamente importante. Para esse fim, ele estabeleceu uma empresa comercial estatal, encorajou os investidores a comprar ações desta empresa e organizou uma rede de “fábricas” no exterior localizadas ao redor do Mar da Arábia e no Golfo Pérsico. Modelados com base nas empresas comerciais europeias, elas incluíam tanto uma equipe comercial quanto um estabelecimento militar. [...] Para aumentar a variedade de exportações de Mysore, Tipu buscou novas culturas, experimentando sementes e plantas de toda a Ásia e também da França. [...] Sendo o século dezoito a era da ‘melhoria’, ele se interessou mais por esses esquemas do que qualquer ‘aprimorador’ europeu e foi pessoalmente responsável por introduzir a sericicultura em Mysore. Os bichos-da-seda foram obtidos da Pérsia, o plantio de amoreira recebeu incentivo oficial e foi montada uma fábrica para processamento e tecelagem de seda. Outras fábricas produziram açúcar, papel, pólvora, facas e tesouras. [...] Como Tipu se gabava a um correspondente francês, Mysore era autossuficiente em armas. (*ibidem*, p. 456-457; tradução do editor)²⁷.

Não foi aos mecanismos da concorrência que a Companhia das Índias recorreu para aniquilar o perigo que Mysore representava para a expansão comercial britânica, mas à força das armas, o que revela os limites do mercado, mesmo para os mercadores. Referindo-se à situação da Índia durante o século XIX, John Keay afirmou que As indústrias embrionárias da Índia – principlamente juta, al-

²⁷ Texto original: “Haidar Ali had turned Mysore’s forces into a professional army, trained, equipped and paid along European lines. Tipu was determined similarly to modernise his state’s economy”. “Alone amongst his reigning contemporaries, he identified something of the dynamic which lay behind the uniformed efficiency of the European regimes and set about duplicating it. Trade was obviously important. To this end he established a state trading company, encouraged investors to buy shares in it, and organised a network of overseas “factories” located around the Arabian Sea and in the Persian Gulf. Modelled on those of the European trading companies, they included both a commercial staff and a military establishment. [...] To increase the variety of Mysore’s exports Tipu sought new crops by experimenting with seeds and plants from all over Asia as well as from France. [...] The eighteenth century being the age of ‘improvement’, he took as close an interest in these schemes as any European ‘improver’, and was personally responsible for introducing sericulture into Mysore. The silkworms were obtained from Persia, mulberry- planting received official encouragement, and a factory for silk-processing and -weaving was set up. Other factories turned out sugar, paper, gunpowder, knives and scissors. [...] As Tipu boasted to a French correspondent, Mysore was self-sufficient in arms.”

godão, fibra de coco e carvão – precisavam de proteção; os britânicos insistiram no livre comércio] [“India’s embryonic industries – principally jute, cotton, coir and coal – needed protection; the British insisted on free trade”] (*ibidem*, p. 516). Mas esta insistência no livre comércio só ocorreu depois de as guerras e a repressão terem colocado em pleno funcionamento as instituições administrativas, militares, fiscais e judiciárias impostas pelos colonizadores. Só a partir de então, e desde que se mantivessem tais condições, é que passou a bastar a ação normal do mercado para assegurar a troca desigual.

Do mesmo modo, na primeira metade do século XIX, no Egito governado por Muhammad ‘Ali sob a soberania nominal dos otomanos, o Estado estimulou o desenvolvimento autóctone das manufaturas têxteis. O atraso tecnológico e a pequenez do mercado interno não explicam o insucesso desta industrialização, porque durante algum tempo as manufaturas egípcias conseguiram produzir para a exportação. Num contexto em que os mecanismos da concorrência econômica se revelaram insuficientes para garantir a supremacia da indústria britânica, o governo inglês teve de recorrer a formas de intervenção políticas e, mais tarde, militares (Hourani, 2009, p. 308-309).

Talvez se possa analisar na mesma perspectiva o que acabou por suceder no império chinês. Na época da dinastia Song o caráter empresarial que se divulgava na agricultura em certos meios sociais, a multiplicação das atividades mercantis, o aparecimento de empresários industriais mobilizando em alguns casos vários milhares de operários, a criação de enormes manufaturas estatais onde se aplicava o sistema da produção em série e a acumulação de inovações tecnológicas pareciam ter criado alguns dos pressupostos que noutras sociedades vieram a ser exigidos pela gênese do capitalismo. Talvez se possa atribuir a interrupção deste processo de desenvolvimento à ocupação da China setentrional pelos jin ruzhen, ou jürçcen, e depois à conquista de todo o império pelos mongóis. Mas a hostilidade provocada pelo programa de reformas aplicado no terceiro quartel do século XI por Wang Anshi (Wang Ngan-che), primeiro conselheiro privado do imperador Shenzong (Chen Tsong), da dinastia dos Song, mostra que, se existiam no interior da sociedade chinesa forças interessadas numa intervenção do Estado despótico no sentido de estimular a reprodução econômica ampliada, colocando-se ao serviço do que poderia vir a ser um capitalismo, não faltavam forças mais poderosas ainda e capazes de se opor a um tal rumo de desenvolvimento. Sintetizando o programa de Wang Anshi, escreveram Caroline Blunden e Mark Elvin:

O núcleo de suas ideias era racionalizar o aparato burocrático e usá-lo em parte como uma espécie de banco de desenvolvimento econômico nacional. Ele acreditava num orçamento expandido, equilibrado pelo incentivo da economia à crescer e produzir mais rendimento,

do que em economias mãos-de-vaca [cheese-paring economies]²⁸.
(Blunden *et al.*, 1983, p. 130-131; tradução do editor)

Neste sentido ele mandou reformular os exames efetuados para os altos postos da carreira burocrática, dando-lhes um conteúdo mais prático, e pretendeu converter os burocratas de níveis inferiores em funcionários assalariados, pondo fim ao hábito de proverem à sua remuneração mediante o arrendamento de certos rendimentos estatais.

Sua comissão de planejamento financeiro, que por pouco tempo foi o centro de poder da administração, realizou uma pesquisa econômica do império e de suas perspectivas. Ele iniciou várias obras hidráulicas em larga escala e realizou um ressurgimento das terras aráveis, cujo registro para fins fiscais era grosseiramente inadequado. Vários encargos tributários foram simplificados ou tornados mais razoáveis. Os esquemas mais críticos e ambiciosos, no entanto, foram os de fornecer crédito estatal à taxa de juros então tida como baixa de 20% para todos os agricultores incapazes de se financiar durante o período difícil anterior à colheita principal, e para todos os pequenos comerciantes que, pressionado pelo tempo e pela falta de recursos, teriam de vender seus produtos a preços absurdamente baixos a corretores bem-financiados (*ibidem*; tradução do editor)²⁹.

No mesmo sentido, a *Encyclopædia Universalis* considerou que o que dá originalidade ao pensamento de Wang Anshi “é o ideal de uma economia em expansão, impulsionada pela intervenção do Estado, permitindo-lhe aumentar substancialmente seus impostos e aumentar em retorno a prosperidade da população” (*Encyclopædia Universalis, Thesaurus – Index*, 3689; tradução do editor)³⁰.

²⁸ Texto original: “The core of his ideas was to rationalize the bureaucratic apparatus and to use it in part as a sort of national economic development bank. He believed in an expanded budget, balanced by encouraging the economy to grow and yield more revenue, rather than by cheese-paring economies.”

²⁹ Texto original: “His finance planning commission, which was for a short time the power-center of the administration, undertook an economic survey of the empire and its prospects. He initiated several large-scale hydraulic works, and had a resurvey made of the arable land, the registration of which for tax purposes was grossly inadequate. Various tax burdens were simplified or made more reasonable. The most critical and ambitious schemes, though, were those to provide state credit at what was then the low interest rate of 20 per cent to all farmers unable to finance themselves across the difficult period preceding the main harvest, and to all small merchants who, pressed by time and a lack of resources, would otherwise have had to sell their goods at unreasonably low prices to well-financed brokers”

³⁰ Texto original: “c’est l’idéal d’une économie en expansion, poussée par l’intervention de l’État, permettant à celui-ci d’augmenter substantiellement ses prélèvements et d’accroître en retour la prospérité de la population.”

Mas contra este programa ergueram-se, por um lado, os interesses usurários dos grandes proprietários, que graças ao crédito conseguiam estender incessantemente as redes de clientela e de dependência; e, por outro lado, os interesses da própria burocracia estatal, sobretudo dos seus elementos regionais e locais, demasiadamente ligados a essas redes de usura e de clientela, que serviam através do arrendamento dos rendimentos públicos (Blunden *et al.*, 1983, p. 131). E assim, apesar de os partidários das reformas terem conseguido manter uma considerável influência no governo imperial até à queda dos Song do Norte no início do segundo quartel do século XII, o programa completo e sistemático proposto por Wang ficou desarticulado e frustrou-se uma das mais avançadas tentativas de atribuir ao Estado despótico o lugar de comando na reprodução ampliada da economia.

Mais tarde, na segunda metade do século XVIII, durante o reinado de Qianlong (K'ien-long), detecta-se de novo uma tendência do Estado para suscitar a gênese e o crescimento de um capitalismo industrial moderno, tanto mais fácil de gerar quanto as grandes revoltas camponesas ocorridas nos meados do século XVII no vale do Yangzi (Yang-tseu) haviam acelerado o desaparecimento da servidão e ajudado a colocar num novo pé a relação entre a força de trabalho rural e os donos da terra (*ibidem*, p. 134). “Com apenas um pequeno número de exceções” afirmaram os dois historiadores aqui citados, “a China imperial pós-1700 era uma sociedade de homens livres, e muito mais próxima nesse respeito ao menos à Europa ocidental do que à Europa oriental ou à Rússia czarista”. (*ibidem*, p. 134; tradução do editor)³¹. Por que razão, então, não se gerou autonomamente na China o capitalismo? “Nem Marx, nem Weber, nem Nurkse ou quaisquer outros teóricos do desenvolvimento, observaram aqueles dois historiadores, tem explicações satisfatórias a oferecer para o fracasso da China em gerar internamente um capitalismo industrial” (*ibidem*, p. 147; tradução do editor)³². Será que neste caso a resposta é exterior, e não interna à situação chinesa? Talvez possamos interpretar as intervenções políticas e as expedições militares das potências europeias e do Japão contra a China no século XIX não só como uma forma de garantir a obtenção de matérias-primas e a abertura de mercados, mas acima de tudo como uma maneira de liquidar o desenvolvimento independente de um potencial centro capitalista.

Se assim tivesse sido, então o capitalismo não resultou apenas da evolução do regime senhorial europeu e estava a gerar-se também no âmbito daqueles

³¹ Texto original: “With only a small number of exceptions imperial China after 1700 was a society of free men, and so much closer in this respect at least to Western Europe than to either Eastern Europe or Czarist Russia.”

³² Texto original: “Neither Marx, nor Weber, nor Nurkse nor other development theorists have explanations to offer that satisfactorily account for the Chinese failure to generate internally an industrial capitalism.”

Estados despóticos em que o sistema de troca de presentes incluía mecanismos de acumulação produtiva. Mas para testar esta hipótese será necessário estudar concretamente e em detalhe se existiu uma relação sistemática entre a acumulação produtiva em sistema de presentes e a difusão do assalariamento. Com efeito, não existe capitalismo sem relações sociais de exploração estabelecidas no quadro do assalariamento. Se fosse possível desenvolver a reprodução ampliada mobilizando apenas uma força de trabalho servil ou escrava, e se fosse possível fundar neste quadro manufaturas detidas pelo Estado ou por empresários ligados estreitamente ao Estado através de um sistema de encomendas, então não se sairia da troca de presentes e da centralização despótica e não se passaria ao modo de produção capitalista.

14. O sistema de troca de presentes na América pré-colombiana

Apesar de isolados desde o final da última época glacial até ao final do século XV relativamente ao conjunto civilizacional constituído pela Ásia, a Europa e a África, os povos americanos não criaram formas de organização, nem aparentemente sistemas ideológicos, fundamentalmente diferentes dos que ocorreram no resto do mundo. Os mesmos modos de produção e as mesmas leis económicas que vigoraram no conjunto euroasiático e na África encontravam-se também no continente americano, apesar de o isolamento deste continente ter começado muito antes da gênese daquelas economias. Basta o fato de no México os conquistadores espanhóis terem aproveitado os sistemas nativos de tributação e de serviços de trabalho como base para o estabelecimento das *encomiendas*, inspiradas pela forma tardia do regime senhorial europeu, para provar que não existia nenhum hiato entre os mecanismos de funcionamento económico das sociedades de um e outro lado do mar. As civilizações americanas nativas demonstraram na sua evolução, alheia a quaisquer influências externas significativas, que o marxismo tem razão ao supor que a humanidade dispôs de um leque muito limitado de possibilidades de transformação social. Este é um dos argumentos de maior peso que se pode invocar em abono do estabelecimento de regras gerais do desenvolvimento histórico.

Aliás, importa recordar que já Thomas More na *Utopia* atribuíra ao carácter universal da razão humana a explicação do fato de as civilizações nativas americanas terem chegado espontaneamente às mesmas descobertas matemáticas que os povos do Velho Mundo (Gandillac, 1999, p. 196). Nascido cerca de três décadas mais tarde, Guillaume Postel, capaz de uma vastidão mental que beirou a insanidade de espírito e preocupado em tecer através da globalidade da história humana os fios de um sincretismo de todas as grandes tradições e de todas as grandes religiões, encontrou também nas civilizações do Novo Mundo uma outra prova da unidade humana (*ibidem*, p. 285). No caso que aqui me ocupa, veremos

que o sistema de troca de presentes funcionou na América pré-colombiana de maneira substancialmente idêntica à que defini nas páginas anteriores.

María de Diéz Canseco Rostworowski sugeriu que graças às riquezas que conseguiu saquear aos chancas Pachacutec pôde conceder presentes magníficos aos potentados locais, os quais perderam assim a autonomia e lhe ficaram subordinados (Davies, 2000 b, p. 157). Resumindo o desenvolvimento deste sistema, outro historiador afirmou que o Inca conseguia subordinar as províncias à capital através de um complexo que conjugava a recolha de tributos, a distribuição de presentes e a realização de sacrifícios de carácter sagrado (Bray, "Introduction", *apud ibidem*, XX). Sabe-se que o Inca agraciava com dádivas de ouro e outros artigos suntuosos os aristocratas que o rodeavam, os chefes militares vitoriosos e os potentados locais em visita à capital (Davies, 2000 b, p. 235; 272; 288), e a função destas dádivas na preservação das hierarquias era tão importante que os governadores estavam obrigados por lei a depender exclusivamente das dádivas do imperador para a obtenção de um certo número de artigos de luxo (*ibidem*, p. 274). Eram enviadas para a capital quantidades colossais de tecidos de luxo e outros artigos sunptuosos, em volume muito superior ao que seria necessário para o consumo ostentatório do monarca e da aristocracia sediada em Cuzco, e estes bens só eram acumulados no centro do império para poderem em seguida ser distribuídos como dádivas a partir desse centro (*ibidem*, p. 292). De igual modo, ao reivindicar a propriedade de todas as terras, mesmo aquelas cuja posse cabia de fato aos potentados locais (*ibidem*, p. 280-281), o Inca afirmava o preva- lecimento ritual do sistema de troca de presentes, porque tudo se passava como se o detentor originário das terras as entregasse ao soberano, o qual depois as concedia a quem as tinha oferecido. Esta troca de presentes pode nos parecer hoje fictícia, mas naquela civilização ela constituía o quadro legal em que era pensada a propriedade fundiária, tal como na Europa um sistema idêntico de trocas aparentemente fictícias servira para justificar uma boa parte das concessões vassálicas. Não se tratava da adoção de medidas de confisco, mas da apresentação da posse como uma dádiva.

Também os monarcas aztecas acumulavam através da imposição de tributos volumes colossais de variados artigos de luxo, joias e metais preciosos, tecidos e penas, que serviam de símbolos de status e eram distribuídos coletivamente como presentes por ocasião de festivais religiosos ou, de forma individual, aos potentados de passagem (Davies, 2000 a, p. 122; 219). E as distribuições rituais serviam ainda para ligar aos interesses do império os chefes dos povos vizinhos convocados para receber as dádivas preciosas (*ibidem*, p. 220).

Até que ponto, porém, é que as distribuições de presentes realizadas pelo Inca incluíam igualmente bens de consumo corrente, concedidos a grupos populacionais? Nos armazéns centrais do Inca acumulava-se um grande volume de artigos correntes (Davies, 2000 b, p. 98), e um dos cronistas referiu ao recolhimento

de tributos, em especial de enormes quantidades de *maís* (*ibidem*, p. 234). Segundo outras fontes, porém, as prestações não assumiriam a forma de tributos mas de serviços de trabalho, executados nomeadamente no fabrico de tecidos e também na produção de bens de luxo (*ibidem*, p. 234). Todavia, o fato de em Cuzco, a capital, não existirem mercados (*ibidem*, p. 216) e de não haver no conjunto do império uma classe de mercadores dotada de privilégios legais e caracterizada por um estatuto elevado (*ibidem*, p. 294 e 297-299) leva a crer que a distribuição de todo o tipo de bens se processava ou de maneira estritamente administrativa ou consoante o sistema de troca de presentes. Nos seus estudos dos vestígios arqueológicos dos armazéns, Craig Morris chegou à conclusão de que a maior parte dos tributos compostos por bens de subsistência comuns não era dirigida para a capital, acumulando-se antes nos principais centros provinciais, onde estes gêneros serviam sobretudo para sustentar a atividade do Estado e onde, além disso, eram também concedidos aos chefes locais, que por sua vez podiam dá-los como presentes a outros chefes administrativos ou a comandantes militares de passagem no território (*ibidem*, p. 292). Em suma, tanto em Cuzco como nos centros provinciais os gêneros de subsistência seriam na maior parte distribuídos administrativamente no interior do aparelho de Estado, e acessoriamente seriam concedidos como dádiva a membros das classes dominantes, enquanto os camponeses, que estavam na origem de toda aquela enorme massa tributária, não receberiam em troca nenhuma porção dos bens de subsistência através do sistema de troca de presentes.

Quanto maior fosse a dimensão atingida pelo recolhimento centralizado de tributos e pela distribuição centralizada de presentes tanto mais ampla tinha de ser a capacidade de armazenagem. Nas civilizações em que o sistema de troca de presentes assumia uma forma descentralizada cada armazém limitava-se a conter os cereais e os outros bens em quantidades necessárias para a reprodução dos ciclos agrícolas na área em redor, para evitar as fomes entre a população local nos anos de más colheitas e para assegurar ao chefe local e à aristocracia da região a possibilidade de consumir com abundância e de proceder a despesas ostentatórias. Mas se uma grande parte dos tributos convergisse para a capital e se o soberano distribuísse sistematicamente bens a partir do seu palácio, então tinham de ser construídos armazéns de enormes dimensões ligados ao centro do Estado. Mesmo quando a documentação existente não permite analisar com detalhe o funcionamento econômico de uma dada civilização, a presença ou a ausência de centros de armazenagem muito vastos, por comparação com o tamanho dos armazéns locais, é um dado arqueológico fundamental a partir do qual pode deduzir-se o grau de centralização do sistema de troca de presentes. A comparação entre o sistema de armazenagem muitíssimo elaborado desenvolvido pelos incas e a insuficiente capacidade de armazenagem dos cereais que dificultava as operações militares dos aztecas e quase ia provocando a extinção

do império nos meados do século XV, durante o reinado do primeiro Moctezuma, revela a diferença entre o grau de centralização dos dois Estados (Davies, 2000a, p. 100; 200-201).

Nos casos em que a distribuição centralizada de presentes dizia apenas respeito a artigos de luxo, ou seja, símbolos de poder e de status, a área de armazenamento central podia não ser muito considerável. Mas um sistema deste tipo ligava unicamente o soberano aos potentados locais, e deixava a população de cada província e de cada região na dependência exclusiva desses potentados, sem relação direta com o poder central. Tratava-se de uma forma de império menos rígida, mais federativa, do que aquela em que a distribuição centralizada de presentes incluía os cereais. E se for exato que no império inca os camponeses não recebessem regularmente dádivas de cereais a partir da capital, como parece que não as recebiam também a partir dos centros provinciais, compreende-se que os soberanos tivessem recorrido a outros fatores para reforçarem o seu poder relativamente aos potentados regionais, desenvolvendo uma completíssima rede de vias de comunicação, que atingiu muitos milhares de quilómetros de extensão e foi usada tanto para fins administrativos e econômicos como para fins militares e até para peregrinações de caráter religioso (Davies, 2000 b, p. 255).

Entre as instituições incas contavam-se as *panacas*, que talvez se tivessem já encontrado no reino de Chimor (*ibidem*, p. 86)³³. Quando um Inca morria, o seu corpo era mumificado e continuava a ser servido ao longo de sucessivas gerações por uma vasta domesticidade de familiares, descendentes e subordinados. O Inca vigente atribuía a cada uma destas *panacas* conjuntos de terras, com os respectivos servos, ou escravos, que asseguravam a sua sustentação (*ibidem*, p. 138)³⁴. Não existindo escrita entre os incas e sendo a memória dos acontecimentos preservada exclusivamente através da tradição oral, a existência paralela de várias *panacas* fazia com que subsistissem várias tradições históricas, cada uma delas destinada a manter o prestígio de um Inca defunto, e todas concorrentes umas com as outras e com a própria tradição emanada do Inca vigente. Nigel Davies pretendeu que cada Inca, logo que era entronizado, mandava compor novas baladas para celebrar os seus feitos, reais ou imaginários, e que as compostas por ordem do monarca anterior eram suprimidas, sob pena de severos castigos; até os *quipus* herdados do reinado precedente ficavam obrigatoriamente

³³ Na p. 169 este autor admitiu que “*some equivalent institution may well have existed many centuries before the Incas in Peru*”. Todavia, ao descreverem Chan Chan, a capital do reino de Chimor, M. Coe et al. (1988, p. 195) limitaram-se a afirmar que “*on the demise of the ruler, his residence became his sealed mausoleum*”, sem especificar se se instituíam ou não grupos para familiares encarregados de cuidar destes monumentos funerários.

³⁴ Segundo este autor em p. 228, 231 e 289, ignora-se se os *yanas* eram uma força de trabalho escrava ou servil. Mas talvez possa presumir-se que era a servidão que prevalecia numa sociedade em que os prisioneiros de guerra eram sacrificados, em vez de escravizados.

postos de lado (*ibidem*, p. 106). Todavia, não me parece que um tal controle monolítico da história pudesse ser exercido num contexto em que se perpetuavam as tradições de cada Inca, asseguradas pelas respectivas *panacas*³⁵. E a concorrência era tanto maior quanto todas as *panacas* se situavam na capital, Cuzco, que mais do que um centro administrativo era um verdadeiro centro sagrado, e celebravam aí a memória dos monarcas defuntos graças a cantos e rituais executados em cerimónias a que presidia o próprio monarca reinante (*ibidem*, p. 138).

Aliás, é talvez possível levantar a hipótese de se ter devido a esta crescente concorrência de versões históricas – cada uma dotada, no entanto, de vocação de exclusividade – a peculiar ausência de escrita na civilização inca. Com efeito, os incas criaram com o *quipu* uma forma de registro contabilístico muito minucioso e capaz de conservar um número enorme de informações, e é estranho que essa modalidade de registro não se tivesse ampliado para uma técnica destinada a consignar fatos de outro tipo. Segundo esta hipótese, o controle durável exercido pelo Inca e por cada *panaca* sobre os seus próprios mitos e o fato de estes mitos serem diferentes uns dos outros teria impedido o desenvolvimento de um registro histórico unificado, ou seja, de uma escrita. E quando constatamos que os *quipus*, apesar de apropriados à conservação de todo o tipo de dados numéricos, não foram usados para registrar dados cronológicos referentes aos vários reinados (*ibidem*, p. 196-198), só podemos concluir que nesta civilização a história de cada imperador era deliberadamente excluída dos registos materiais e consignada apenas a tradições orais concorrentes.

O certo é que as *panacas* introduziam um forte elemento de instabilidade na vida política, cada uma delas podendo facilmente aspirar a uma modificação em seu benefício da linha de sucessão ao trono (*ibidem*, p. 138 e 304-305). Neste contexto, seria interessante saber em que medida cada *panaca* procedia também a distribuições de presentes. Sabe-se que cada uma dispunha de um enorme tesouro de ouro e prata, acumulado pelo monarca cuja memória celebrava (*ibidem*, p. 213), mas se destinariam estas riquezas a ser repartidas sob a forma de presentes? Se as *panacas* não tivessem autoridade para proceder a essas distribuições poderíamos concluir que o Inca beneficiava de uma esfera de poder exclusivo, e seria precisamente o sistema centralizado de troca de presentes a assegurar-lhe o predomínio perante a concorrência das clientelas dos Incas defuntos. No caso contrário, porém, a especificidade do poder do Inca vigente en-

³⁵ Escreveu Nigel Davies em p. 105 que “versões alternativas tenderam a sobreviver, perpetuadas pelos descendentes leais dessas famílias (*panacas*) [“alternative versions tended to survive, perpetuated by the loyal scions of these households (*panacas*)”]. E na p. 148, depois de relatar que “Cabello de Balboa escreve que Pachacutec era tão odiado após o assassinato arbitrário de seu irmão que todos ansiavam por sua morte” [“Cabello de Balboa writes that Pachacutec was so hated after the wanton killing of his brother that all longed for him to die”], Davies comentou que “tais declarações podem refletir certos ressentimentos por parte de descendentes de *panacas* rivais” [“such statements might reflect certain grudges on the part of descendants of rival *panacas*”].

contrar-se-ia seriamente comprometida, distinguindo-se apenas pelo grau em que mobilizava o sistema centralizado de troca de presentes.

Quando a distribuição ritual de presentes era acompanhada por sacrifícios humanos, o sistema pressupunha uma estratégia militar que consistia em poupar os inimigos no campo de batalha e aprisioná-los, para os matar ritualmente mais tarde. Esta forma de conduzir a guerra, conhecida em várias civilizações³⁶, parece ter sido generalizada em muitos povos da América do Sul (Coe *et al.*, 1988, p. 158). Encontramo-la já na civilização moche, assim denominada porque os seus primeiros achados se situam no vale do rio Moche, no noroeste do atual Peru, mas que se expandiu muito além e durou desde o século I até ao século VI da nossa era. Embora as batalhas fossem um tema frequentemente documentado na cerâmica moche, jamais se mostra um morto, mas apenas prisioneiros. Por isso o punhal que os guerreiros tinham preso no cinto não era usado nas batalhas e as armas principais eram a moca, destinada a derrubar o inimigo sem o matar, e a funda, que permitia derrubar o inimigo à distância (Davies, 2000b, p. 22 e 261; Coe *et al.*, 1988, p. 189). Mais tarde os prisioneiros eram sacrificados por degolação, sendo o seu sangue consumido por todos os presentes na cerimônia (Davies, 2000b, p. 31). O fato de os incas terem desprezado os arcos e flechas usados por outros povos dos Andes e terem recorrido a fundas e mocas de tipo comparável às empregadas na civilização moche, além de lanças curtas (*ibidem*, p. 261), revela que estavam interessados sobretudo em capturar os inimigos e não em matá-los no campo de batalha.

Também entre os maias, pelo menos na época clássica desta civilização, as cidades-Estados mantinham uma situação de guerra permanente não tanto para ampliarem os seus territórios como sobretudo para poderem aprisionar inimigos de estatuto elevado e sacrificá-los depois ritualmente (Coe *et al.*, 1988, p. 121). Esta obsessão com a captura de inimigos viria a caracterizar igualmente os aztecas que, tal como os moches e o incas, fizeram da moca um dos principais instrumentos de guerra, destinado a imobilizar um adversário que se pretendia prender para sacrificar depois. Nos exércitos do império asteca os arcos e as flechas eram usados apenas pelos mercenários otomí, herdeiros das tradições de um povo nômade de caçadores (*ibidem*, p. 134; 145). Ora, encontra-se dificilmente uma civilização que tivesse levado mais longe do que a asteca o caráter ritual da guerra, e esta utilização dos cativos enquanto elementos sacrificáveis é tanto mais notável quanto os povos mesoamericanos não tinham domesticado animais de trabalho (Carrasco, 1981, p. 181-182) e, em princípio, poder-se-ia imaginar que fosse pouca toda a mão-de-obra disponível. Mas não sucedeu assim. Desde a declaração

³⁶ Segundo R. Nile *et al.* (1995, p. 90), em certas regiões da Nova Guiné e em algumas das ilhas Salomão o corte de cabeças podia ser um dos motivos principais para desencadear uma guerra, já que estes troféus eram necessários para dados tipos de ritual.

de hostilidades, que incluía várias cerimônias espaçadas ao longo de um período relativamente longo (Davies, 2000a, p. 70), passando pela maneira como as batalhas eram conduzidas, em que a quantidade de prisioneiros era o objetivo principal (*ibidem*, p. 203) e se atribuía à captura um significado religioso da mais alta relevância (*ibidem*, p. 185-187), até ao destino final dos prisioneiros, votados geralmente todos eles ao sacrifício (*ibidem*, p. 87; 97-98), a guerra era determinada entre os aztecas sobretudo – ainda que não exclusivamente – por considerações rituais. Os próprios ciclos bélicos podiam obedecer a este tipo de motivos, e foi para garantirem uma oferta regular de vítimas para as cerimônias religiosas, inaugurando assim uma época de sacrifícios de massas e não já individuais, que o primeiro Moctezuma e Tlacaelel, os dois principais soberanos conjuntos da tripla aliança que governava o Estado azteca, decidiram estabelecer um sistema de guerra perpétua contra certos povos vizinhos (Coe et al., 1988, p. 145; Davies, 2000a, p. 103-105). Estes ciclos bélicos aceleraram-se e ampliaram-se no reinado de Ahuitzotl, que elevou os sacrifícios de massas a verdadeiras carnificinas (Davies, 2000a, p. 173, 180 e 183). E as implicações profundas destas cerimônias avalliam-se ao sabermos que a captura instaurava uma relação de tipo parafamiliar entre o guerreiro vencedor e o vencido, convertendo-se um como que em pai adotivo do outro, a tal ponto que em dados tipos de sacrifício o captor transformado em pai se abstinha de acompanhar os restantes guerreiros no ato de devorar ritualmente a carne do seu prisioneiro sacrificado, porque isso equivaleria a comer a carne de um filho e portanto a sua própria carne (*ibidem*, p. 115; 185; Carrasco, 1981, p. 202-203; 256). A ambivalência do vencido assumia uma verdadeira dimensão teológica, pois era levado para o sacrifício enquanto representante do deus a quem ia ser sacrificado, ou identificava-se mesmo com ele, e assim como as roupagens dos sacerdotes imitavam a imagem da divindade, também a vítima ia coberta por roupas semelhantes (Bernal, 1981, p. 157; Carrasco, 1981, p. 255).

Se for exato que na Mesopotâmia e no Egito a roda surgiu primeiro nos carros de guerra e só depois começou a ser aplicada às atividades econômicas e ao transporte civil, talvez a forma de conduzir as batalhas na América pré-colombiana explique o desinteresse por formas de ataque mais rápido e móvel e, portanto, contribua para explicar o fato de estas civilizações não terem conhecido a roda³⁷.

Além disso, é possível que o elevado grau de centralização dos impérios azteca e inca tivesse facilitado posteriormente o seu controle pelos conquistadores espanhóis (Coe *et al.*, 1988, p. 136; 141), mas esta centralização não explica

³⁷ Note-se, no entanto, que na maior parte do Oriente Próximo, com a expansão árabe e a implantação do islamismo, a roda deixou de ser usada e o transporte passou a ser feito por camelos. Ver A. Hourani (2009, p. 51).

o fato de os poderosos exércitos imperiais terem sido desde início destruídos tão facilmente. Nigel Davies atribuiu uma importância decisiva às determinantes ideológicas da estratégia militar para explicar a rápida derrota dos exércitos aztecas e incas perante o reduzido número de invasores espanhóis, que não se embaraçavam com considerações de ordem ritual e estavam sempre prontos a levar uma batalha até às suas consequências mais extremas (Davies, 2000a, p. 105; 270-271; 292; 298-299; 306; Davies, 2000b; p. 314-315). O guerreiro azteca ou inca, para desferir um golpe com a moca, tinha de levantar o braço e deixava o corpo exposto à espada ou à lança manuseadas velozmente pelo espanhol, cuja preocupação exclusiva era matar o inimigo o mais depressa possível, e não incapacitá-lo para prendê-lo e retirar seu coração mais tarde ou o degolar (Davies, 2000a, p. 270; Davies, 2000b, p. 316). Mesmo num confronto em que haviam perdido toda a artilharia e se encontravam praticamente desprovidos de cavalaria, os espanhóis triunfaram no corpo a corpo (*ibidem*, p. 270; *ibidem*, p. 316). Em conclusão, a guerra encontrava justificação entre os aztecas e os incas sobretudo na necessidade de abastecer rituais de sacrifícios humanos de grande importância não só ideológica como econômica também, na medida em que se inseriam no sistema de cerimônias da troca de presentes, enquanto para os invasores europeus, que haviam projetado o sacrifício humano exclusivamente para as abstrações religiosas da eucaristia, a guerra fornecia a ocasião para massacrar o inimigo no próprio campo de batalha. Do choque destes dois universos culturais, que até então não se haviam encontrado, resultou o rápido triunfo de um sobre o outro no plano estritamente militar, que veio depois a determinar a supremacia nos restantes planos. É sob este ponto de vista que assume todo o significado o apoio prestado inicialmente às tropas de Hernán Cortés pelos tlaxcalanos, um dos povos contra quem os monarcas aztecas haviam decidido manter um estado perpétuo de guerra destinado a alimentar em cativeiro os sacrifícios humanos (Davies, 2000a, p. 269)³⁸. No sul do continente, os araucanos – a quem os critérios usuais da historiografia atribuem um nível civilizacional muito inferior ao dos incas, embora tivessem sido eles a impor ao império inca o limite meridional da sua expansão – não se preocuparam com considerações rituais para conduzir a guerra e, adotando rapidamente o cavalo e usando armas letais, conseguiram resistir durante séculos aos espanhóis e aos seus sucessores do Chile pós-colonial (Davies, 2000b, p. 331). Também os maias, apesar de na época clássica se terem dedicado ao aprisionamento e ao sacrifício dos cativos, conseguiram mais tarde resistir durante quase duzentos anos aos invasores espanhóis, e a última batalha que travaram com os britânicos ocorreu no final do terceiro quartel do século XIX (Hammond, 2000, p. 125).

³⁸ Acerca da decisão tomada pelo primeiro Moctezuma e por Tlacaélel de manterem um estado de guerra perpétuo contra os tlaxcalanos ver a p. 103.

No entanto, pelo mero fato de as guerras se destinarem à captura de prisioneiros votados ao sacrifício não se pode assumir que estejamos perante um sistema centralizado de troca de presentes. Assim, por exemplo, na civilização nazca, localizada no sudoeste do atual Peru e que durou aproximadamente desde o século II antes da nossa era até ao século VI, sabe-se que eram muito difundidas as guerras rituais e muito frequente a prática de decapitar os prisioneiros, cujas cabeças serviam de troféus (Davies, 2000b, p. 40). Mas apesar disto não se encontraram nenhuns vestígios de grandes centros de armazenagem (*ibidem*, p. 39), e a cerâmica nazca, contrariamente ao que sucede com a cerâmica moche, não fornece indícios indubitáveis da existência de uma hierarquização social (*ibidem*, p. 40).

Referências

- BAINES, John e MÁLEK, Jaromír. *Atlas of Ancient Egypt*. Oxford: Phaidon, 1984.
- BARI, Lorraine. “Some aspects of credit, saving and investment in a ‘non-monetary’ economy (Rossel Island)”. In: FIRTH, Raymond e YAMEY, B. S. (orgs.). *Capital, saving and credit in peasant societies*. Studies from Asia, Oceania, the Caribbean and Middle America. Chicago: Aldine, 1964.
- BERNAL, Ignacio. “Formación y desarrollo de Mesoamérica”. In: *Historia general de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- BLUNDEN, Caroline e ELVIN, Mark. *Cultural Atlas of China*. Oxford: Equinox, 1983.
- CARRASCO, Pedro. “La Sociedad Mexicana antes de la Conquista”. In: *Historia General de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- COE, Michael; SNOW, Dean e BENSON, Elizabeth. *Atlas of Ancient America*. Oxford: Equinox, 1988.
- DALTON, George. “Aboriginal economies in stateless societies”. In: EARLE, Timothy K. e ERICSON, Jonathon E. (orgs.). *Exchange systems in Prehistory*. Nova Iorque, San Francisco e Londres: Academic Press, 1977.
- DAVIES, Nigel. *The aztecs*. Londres: The Folio Society, 2000a.
- DAVIES, Nigel. *The incas*. Londres: The Folio Society, 2000b.
- DELARUELLE, Étienne. “Les ermites et la spiritualité populaire”. In: Centro di Studi Medioevali, *L’Eremitismo in Occidente nei Secoli XI e XII*. Settimana Internazionale di Studio, II. Milão: Vita e Pensiero, 1965.
- EINZIG, Paul. *Primitive money in its ethnological, historical and economic aspects*. Londres: Eyre & Spottiswoode, 1948.
- Encyclopædia Universalis*, 27 vols. Paris: Encyclopædia Universalis, 1992-1995.
- FIRTH, Raymond. “Capital, saving and credit in peasant societies: a viewpoint from economic anthropology”. In: FIRTH, Raymond e YAMEY, B. S. (orgs.). *Capital, saving and credit in peasant societies*. Studies from Asia, Oceania, the Caribbean and Middle America. Chicago: Aldine, 1964.

- GANDILLAC, Maurice de. “La Philosophie de la “Renaissance”. In: BELAVAL, Yvon (org.). *Histoire de la Philosophie*, tomo II, vol. I: La Renaissance. L’Âge Classique. Paris: Gallimard (Folio), 1999.
- GEARY, Patrick J. *Before France and Germany*. The creation and transformation of the Merovingian World. Nova Iorque; Oxford: Oxford University Press, 1988.
- GRIERSON, Philip. “La fonction sociale de la monnaie en Angleterre aux VII^e-VIII^e Siècles”. In: Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, *Moneta e Scambi nell’Alto Medioevo*, Settimane di Studio, VIII, Spoleto, 1961.
- GUREVICH, A. “Representations of property during the High Middle Ages”, *Economy and Society*, VI, 1977.
- HAMMOND, Norman. *The maya*. Londres: The Folio Society, 2000.
- HOURANI, Albert. *A history of the Arab Peoples*. Londres: The Folio Society, 2009.
- KEAY, John. *India*. A history, 2 vols. Londres: The Folio Society, 2003.
- MANRIQUE, Jorge Alberto. “Del Barroco a la Ilustración”. In: *Historia general de México*, vol. I. México: El Colegio de México, 1981.
- MAUSS, Marcel. “Essai sur le don”. Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques, *L’Année Sociologique*, nova série, I, 1923-1924.
- NILE, Richard e CLERK, Christian. *Cultural Atlas of Australia, New Zealand and the South Pacific*. Oxford: Andromeda, 1995.
- QUIGGIN, A. Hingston. *A survey of primitive money*. The beginnings of currency. Londres: Methuen, 1949.
- The Travels of Marco Polo*. Tradução: Ronald Latham. Londres: The Folio Society, 1968.
- VIDAL-NAQUET, Pierre. “Avant-Propos”. In: WITTFOGEL, Karl A. *Le despotisme oriental*. Étude comparative du pouvoir total, Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.
- WU Xiacong e GUO Youmin. *L’esercito di Terracotta*, [s. l.]. Casa Editrice del Turismo Cinese, 1993.

Recebido em 2 de junho de 2019

Aprovado em 25 de novembro de 2019